autuado em 30/09/2015 00:00:00.

Folha nº 01 do proc.
Nº 01 - 39 de 13
Adelina Cicone - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

18º GV – VEREADOR JEAN MADEIRA

São Paulo, 22 de fevereiro de 2013.
Oficio nº _____

PROJETO DE LEI ___ 01 - PL 0039/2013

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
VOLTA À 2ª DISCUSSÃO
23 ABR. 2013
PRESIDENTE

"Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana de Prevenção ao Crack e drogas afins."

A Câmara Municipal de São Paulo D E C R E T A:

Art. 1º Fica acrescido inciso ao art. 7º da Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a seguinte redação:

"Semana de Prevenção ao Crack e drogas afins", na rede municipal de ensino, nos centros de convivência, nos centros de juventude, nos centros esportivos, nos balneários e minibalneários do município de São Paulo.

Art. 2º Fica instituída a semana que antecede ao dia 26 de junho, data internacionalmente instituída pela ONU, como dia internacional de combate as drogas, "Semana Municipal de Prevenção ao Crack e drogas afins".

Art. 3º Esta semana será destinada aos jovens e crianças em idade escolar da pré-escola ao ultimo ano do Ensino Fundamental.

Art. 4º Nessa semana serão elaboradas nas escolas, mobilização da comunidade para ações de prevenção as drogas, exposições sobre o tema,trabalhos dirigidos, redações, cartazes, visitas a instituições de amparo a dependentes químicos, a critério do responsável e de acordo com a faixa etária.

RECEBIDO - SGP - 32
21 FEV 2013
PROTOCOLO LEGISLATIVO

Art. 5º Aos representantes das secretarias envolvidas caberá:
I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades referentes a semana;
II- promover a divulgação da Semana;
III – estipular os prêmios a serem concedidos aos melhores trabalhos;
IV - expedir as instruções ou normas complementares que se fizerem necessárias.

Art. 6º No final da Semana será realizado um show, com a presença de artistas e autoridades no assunto da prevenção as drogas, e onde haverá a premiação das melhores iniciativas na prevenção ao Crack e drogas afins.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Folha nº 02 do proc.
Nº 01-39 de 13
Adelina Cicone - Ass. Parlamentar
RF 100.406

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, às Comissões competentes."

JEAN MADEIRA DA SILVA
VEREADOR

1997

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
18º GV – Vereador Jean Madeira

Folha nº 03 do proc.
Nº 01-39/13
Adelina Cicone - Ass. Parlamentar
RF 100 406

PL _____

Justificativa

Infelizmente a droga é algo que já existe há muito tempo. Neste sentido, o consumo de substâncias que alteram o estado de consciência é fenômeno cultural, que ocorre em diversos contextos (social, econômico, ritual, religioso, estético, psicológico, cultural). Não há sociedade livre de drogas. O que há são diferentes finalidades quanto ao uso.

No Brasil o uso de crack ocorre oficialmente a partir de 1989 alastrando-se em pouco tempo nas mais variadas classes sociais, gêneros, idade e segmentos sociais.

São vários os tipos de danos causados pelo uso de crack. Além dos problemas respiratórios pela inspiração de partículas sólidas, sua ação estimulante leva à perda de apetite, falta de sono e agitação motora e, a dificuldade de ingestão de alimentos pode levar à desnutrição, desidratação e gastrite. Podem ser ainda observados sintomas físicos como rachadura nos lábios pela falta de ingestão de água e de salivação, cortes e queimaduras nos dedos das mãos e às vezes no nariz, provocados pelo ato de quebrar e acender a pedra, além de ficar o usuário mais exposto ao risco social e de doenças.

Embora acometidos por todos esses sintomas a maior parte dos óbitos de usuários de crack é provocado pela violência e pelo HIV

Estudo apontam que o primeiro contato com as drogas acontecem antes dos 16 anos de idade, o que confere grande risco de saúde do adolescente. De acordo com Galduróz, 1996; o primeiro uso de tabaco e álcool acontece entre os 12 e 13 anos de idades e para a cocaína e crack a idade média é de 14 anos. Logo, essa lei se propõe a chegar antes do primeiro contato do adolescente com a droga.

Para isso pais e professores devem estar atentos a respeito de esclarecer sobre o perigo das drogas, e ensinar valores humanos e valorização da saúde e da vida. A primeira deve dialogar, conhecer as amizades, esclarecer sobre o perigo das drogas, e ensinar valores humanos e valorização da saúde e da vida. A segunda pode promover palestras, depoimentos, visitas de policiais, médicos entre outros profissionais que estão diretamente envolvidos no processo de prevenção das drogas e tratamentos.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Folha nº 04 do proc.
Nº 01.39 de 13
Adelina Cicone - Ass. Parlamentar
RF: 100.406

O usuário de drogas não é um delinquente nem um marginal. Ele é uma vitima que precisa ser cuidada. Por isso, campanhas devem ser feitas, bem como políticas públicas, não só pelo governo, mas com a participação efetiva de toda a sociedade.

JEAN MADEIRA DA SILVA
VEREADOR

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 05

do processo nº 01 - 39 de 2013, 27/2/13 (a)

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 750.406

LIDO HOJE

ÀS COMISSÕES DE: 26 FEV 2013

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISL. PARTICIPATIVA;
EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES;
FINANÇAS E ORÇAMENTO.

PRESIDENTE

MARCO AURÉLIO CUNHA

À Procuradoria – Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia das Proposituras

Efetuada a autuação, encaminho os presentes autos para prosseguimento.

27/2/13

Solange Rainone dos Santos
Supervisora de SGP.22

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DE PESQUISA E ASSESSORIA DE ANÁLISE PRÉVIA DAS PROPOSITURAS
EM 28/02/13 ÀS 15
POR
SAÍDA 07/03/13 ÀS 13h ASS.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

fls. 06 / 53 S.P. 07 / 03 / 13

Técnico Administrativo
RF 11.136

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 0039/13

Realizada a pesquisa no APL (Banco de Dados da Câmara Municipal de São Paulo), e no site www.prefeitura.sp.gov.br/legislação, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Lei Orgânica do Município de São Paulo, especialmente arts. 221 a 229;

-Lei Municipal nº 12.281, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a criação de Centros de Recuperação de Drogados, e dá outras providências, alterada pela Lei Municipal nº 13.832/04;

-Lei Municipal nº 12.540, de 29 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a inclusão, no currículo escolar, de disciplina sobre os efeitos de substâncias que causam dependência em seres humanos;

-Lei Municipal nº 13.210, de 13 de novembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade da aplicação do "Programa de Educação Específica Contra os Males do Fumo, do Alcool e das Drogas", em todas as Escolas Públicas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Ensino de São Paulo;

-Lei Municipal nº 13.270, de 03 de janeiro de 2002, que dispõe a obrigatoriedade de veicular em espaços publicitários e em bilhetes utilizados nos transportes públicos municipais de passageiros, mensagens institucionais alertando sobre a prevenção da AIDS e sobre os males do fumo, do álcool e das drogas;

-Lei Municipal nº 13.321, de 06 de fevereiro de 2002, que institui o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Alcool;

-Lei Municipal nº 13.534, de 19 de março de 2003, que dispõe sobre a instalação, no âmbito do Município, de Programa de Prevenção e Orientação contra o uso de entorpecentes;

-Lei Municipal nº 13.722, de 09 de janeiro de 2004, que institui o Programa de Prevenção e Assistência Integral a Dependentes Químicos no Município de São Paulo, e dá outras providências;

-Lei Municipal nº 14.420, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre a inclusão de conteúdo programático relativo à prevenção contra as drogas no currículo das escolas da rede municipal de ensino;

-Lei Municipal nº 14.450, de 22 de junho de 2007, que institui o Programa de Combate à Venda Ilegal de Bebida Alcóolica e de Desestímulo ao seu Consumo por Crianças e Adolescentes, no âmbito do Município de São Paulo;

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

-Lei Municipal nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, e dá outras providências, especialmente o art. 7º, inciso VIII, que institui a **Semana de Combate ao Alcoolismo, Tabagismo e outros Tóxicos**, na rede municipal de ensino;

-Lei Municipal nº 14.634, de 12 de dezembro de 2007, que altera Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de instituir o evento "Conscientização da Síndrome Alcóolica Fetal", a ser realizado, anualmente, no dia 27 de março, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 15.122, de 22 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a realização e campanha de atendimento e conscientização no Município sobre os males e efeitos da ebriorexia (alcoolrexia);

- Lei Municipal nº 15.250, de 26 de julho de 2010, que dispõe sobre a reserva de ala específica para atendimento de dependentes químicos nos hospitais da Rede Municipal de Saúde, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 15.489, de 28 de novembro de 2011, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o **Dia do Combate ao Crack**, a ser celebrado anualmente no dia **15 de junho** e dá outras providências;

- PL 0209/2009, da Vereadora Marta Costa (DEM), que dispõe sobre a criação da Semana de Prevenção do uso e Abuso de Drogas nas Escolas do Município de São Paulo, e dá outras providências;

- PL 0531/2009, do Vereador Antonio Carlos Rodrigues (PR), que estabelece diretrizes para a política de Vícios, especialmente alcóolatras e viciadas em drogas, e dá outras providências;

- PL 078/2011, do Vereador Souza Santos (PSDB), que dispõe sobre "Parâmetros de atuação preventiva no combate aos entorpecentes no ambiente escolar", e dá outras providências;

- PL 05/2013, do Vereador Wadih Mutran (PP), que dispõe sobre a criação e inclusão do programa "Projeto Cidadania Aprender Brincando", a ser implantado na rede de ensino público no Município de São Paulo, e dá outras providências;

Cópia(s) do(s) texto(s) acima indicado(s) acompanha(m) a presente informação.

A pesquisa legislativa constatou a existência de Leis Municipais que dispõem sobre o tema em questão, mas de maneira diversa daquela disciplinada pelo presente projeto de lei, quais sejam, a Lei Municipal nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que institui em seu art. 7º, inciso VIII, a Semana de Combate ao Alcoolismo, Tabagismo e outros Tóxicos e a Lei Municipal nº 15.489, de 28 de novembro de 2011, que institui o Dia de Combate ao Crack, a ser comemorado anualmente no dia 15 de junho.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Assim sendo, à SGP-22 para providências e, em seguida, à Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente de fls. 05.

São Paulo, 06 de março de 2013.

Marcella Falbo Giacaglia
Procuradora Supervisora do Setor de Pesq. e Análise Prévia
OAB/SP 111.393

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

Folha 09
Proc. Nº 01-039/13 fls. 9

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

LEI ORGÂNICA

DO

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

(CONSOLIDAÇÃO)

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

§ 4° - O auto de vistoria de segurança deverá ser renovado periodicamente, para verificação de obediência ao disposto no paragrafo anterior.

Art. 220 - O Município assegurará a participação de representantes dos trabalhadores nas decisões em todos os níveis em que a segurança do trabalho e a saúde do trabalhador sejam objeto de discussão e deliberação.

CAPÍTULO IV
DA PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 221 - A assistência social, política de seguridade social, que afiança proteção social como direito de cidadania de acordo com os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, regulamentados pela Lei Federal 8.742/93, deve ser garantida pelo município cabendo-lhe:

I - estabelecer a assistência social no município como política de direitos de proteção social a ser gerida e operada através de: comando único com ação descentralizada nas regiões administrativas do município; reconhecimento do Conselho Municipal da Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social dentre outras formas participativas; subordinação a Plano Municipal de Assistência Social aprovado pelo Conselho Municipal; integração e adequação das ações estaduais e federais no campo da assistência social no âmbito da cidade; articulação intersetorial com as demais políticas sociais, urbanas, culturais e de desenvolvimento econômico do município; manutenção da primazia da responsabilidade pública face às organizações sem fins lucrativos;

II - garantir políticas de proteção social não contributivas através de benefícios, serviços, programas e projetos que assegurem a todos os cidadãos mínimos de cidadania, além dos obtidos pela via do trabalho, mantendo sistema de vigilância das exclusões sociais e dos riscos sociais de pessoas e segmentos fragilizados e sem acesso a bens e serviços produzidos pela sociedade;

III - regulamentar e prover recursos para manter o sistema não contributivo de transferência de renda através de benefícios a quem dele necessitar, tais como:

a) para complementação de renda pessoal e familiar;

b) apoio à família com crianças e adolescentes em risco pessoal e social;

c) complementação a programas e projetos sociais dirigidos a adolescentes, jovens, desempregados, população em situação de abandono e desabrigo;

d) benefícios em catáter eventual para situações de emergência como: decorrentes de calamidades públicas, morte familiar (auxílio-funeral) e necessidades circunstanciais consideradas de risco pessoal e social;

e) auxílio-natalidade para famílias mono e multinucleares em situação de risco;

IV - manter diretamente ou através de relação conveniada de parceria rede qualificada de serviços sócio-assistenciais para acolhida, convívio e desenvolvimento de capacidades de autonomia aos diversos segmentos sociais, atendendo o direito à

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.
Proc. nº 01-039/13

eqüidade e ao acesso em igualdade às políticas e serviços municipais;

V - manter programas e projetos integrados e complementares a outras áreas de ação municipal para qualificar e incentivar processos de inclusão social;

VI - estabelecer relação conveniada, transparente e participativa com organizações sem fins lucrativos, assegurando padrão de qualidade no atendimento e garantia do caráter público na ação;

VII - manter sistema de informações da política de assistência social da cidade, publicizando e subsidiando a ação do Conselho Municipal, as Conferências Municipais, a rede sócio-assistencial. Compor tal sistema com: indicadores sobre a realidade social da cidade, índices de desigualdade, risco, vulnerabilidade e exclusão social; avaliação da efetividade e eficácia da ação desenvolvida; cadastro informatizado da rede sócio-assistencial da cidade com acesso pela rede mundial de computadores.

(Alterado pela Emenda 24/01)

Art. 222 - O Município poderá prestar, de forma subsidiária e conforme previsto em lei, assistência jurídica à população de baixa renda, podendo celebrar convênios com essa finalidade.

Art. 223 - O Município garantira à população de baixa renda, na forma da lei, a gratuidade do sepultamento e dos meios e procedimentos a ele necessários.

Art. 224 - O Município, de forma coordenada com o Estado, procurará desenvolver programas de combate e prevenção à violência contra a mulher buscando garantir:

I - assistência social, médica, psicológica e jurídica às mulheres vítimas de violência;

II - a criação e manutenção de abrigos para as mulheres e crianças vítimas de violência doméstica;

Art. 225 - O Município procurará assegurar a integração dos idosos na comunidade, defendendo sua dignidade e seu bem-estar, na forma da lei, especialmente quanto:

I - ao acesso a todos os equipamentos, serviços e programas culturais, educacionais, esportivos, recreativos, bem como a reserva de áreas em conjuntos habitacionais destinados à convivência e lazer;

II - a assistência médica geral e geriátrica;

III - a gratuidade do transporte coletivo urbano, para os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, e aposentados de baixa renda, vedada a criação de qualquer tipo de dificuldade ou embaraço ao beneficiário;

IV - a criação de núcleos de convivência para idosos;

V - o atendimento e orientação jurídica, no que se refere a seus direitos.

Art. 226 - O Município buscará garantir à pessoa deficiente sua inserção na vida social e econômica, através de

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.
fls. 12

programas que visem o desenvolvimento de suas potencialidades, em especial:
(Alterado pela Emenda 29/07)

I - a assistência, desde o nascimento, através da estimulação precoce, da educação gratuita e especializada, inclusive profissionalizante, sem limite de idade;
II - o acesso a equipamentos, serviços e programas culturais, educacionais, esportivos e recreativos;
III - a assistência médica especializada, bem como o direito à prevenção, habilitação e reabilitação, através de métodos e equipamentos necessários;
IV - a formação de recursos humanos especializados no tratamento e assistência das pessoas com deficiência;
(Alterado pela Emenda 29/07)
V - o direito à informação e à comunicação, considerando-se as adaptações necessárias.

Art. 227 - O Município deverá garantir aos idosos e pessoas com deficiência o acesso a logradouros e a edifícios públicos e particulares de frequência aberta ao público, com a eliminação de barreiras arquitetônicas, garantindo-lhes a livre circulação, bem como a adoção de medidas semelhantes, quando da aprovação de novas plantas de construção, e a adaptação ou eliminação dessas barreiras em veículos coletivos.
(Alterado pela Emenda 29/07)

Art. 228 - O Município poderá conceder, na forma da lei, incentivos às empresas que adaptarem seus equipamentos para trabalhadores com deficiência.
(Alterado pela Emenda 29/07)

Art. 229 - O Município estimulará, apoiará, e, no que couber, fiscalizará as entidades e associações comunitárias que mantenham programas dedicados às crianças, aos adolescentes, aos idosos e às pessoas com deficiência.
(Alterado pela Emenda 29/07)

CAPÍTULO V
DO ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO

Art. 230 - É dever do Município apoiar e incentivar, com base nos fundamentos da educação física, o esporte, a recreação, o lazer, a expressão corporal, como formas de educação e promoção social e como prática sócio-cultural e de preservação da saúde física e mental do cidadão.

Art. 231 - As unidades esportivas do Município deverão estar voltadas ao atendimento esportivo, cultural, da recreação e do lazer da população, destinando atendimento específico às crianças, aos adolescentes, aos idosos e às pessoas com deficiência.
(Alterado pela Emenda 29/07)

Art. 232 - O Município, na forma da lei, promoverá programas esportivos destinados às pessoas com deficiência, cedendo equipamentos fixos em horários que lhes permitam vencer

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

atualizada em 30/09/2015 00:00:00.

Folha 13
Proc. Nº 01-039/13
fls. 13

Base de dados : **legis**

Pesquisa : **12281 AND 1996**

Total de referências : **1**

1/1

Título: LEI Nº 12.281 19/12/1996 (ver documento)
Sem revogação expressa

Ementa: Dispoe sobre a criaçao de Centros de Recuperaçao de Drogados, e da outras providencias.

Projeto: Projeto de Lei Nº 52/1996 (ver documento)

Autor(es): Jose Indio Ferreira do Nascimento

Regulamentação: Decreto nº 37.276/1998 - Regulamenta esta Lei.; (ver documento)
Decreto nº 45.316/2004 - Regulamenta esta Lei, revogando a regulamentação anterior. (ver documento)
PARA VERIFICAR SE HÁ ALTERAÇÕES PARA OS ATOS E DECRETOS DE REGULAMENTAÇÃO DESTA NORMA, FAÇA NOVA PESQUISA PELO NÚMERO DE CADA ATO OU DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO.

Alterações: Lei 13.832/2004 - Acrescenta par. unico ao art. 1º desta Lei. (ver documento)

[Back]

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.
Proc. Nº 01-039/13
fls. 14
RF. 11.136

LEI N. 12.281 - DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre a criação de Centros de Recuperação de Drogados, e dá outras providências.

(Projeto de Lei n. 52/96, do Vereador José Índio Ferreira do Nascimento)

Paulo Maluf, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferida por lei.
Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 28 de novembro de 1996, decretou e eu promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º Fica criado o Centro de Recuperação de Drogados (CRD) com a finalidade de recuperar os dependentes de drogas nos limites do Município da Cidade de São Paulo.
Art. 2º Os Centros de Recuperação de Drogados (CRD), serão construídos ou adaptados em pontos estratégicos do Município de São Paulo, definidos pelo contingente de pessoas dependentes de drogas, por região.
Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei até o prazo de 90 (noventa) dias a partir da sua publicação.
Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

atualizada em 30/09/2015 00:00:00.
Fls. 15
PL-039/13
Alessandra Lebani
RF: 11.136

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : **legis**

Pesquisa : **13832 AND 2004**

Total de referências : **1**

1/1

Título: LEI Nº 13.832 26/05/2004 (ver documento)
Sem revogação expressa

Ementa: Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 12.281/96, e dá outras providências.

Projeto: Projeto de Lei Nº 535/2002 (ver documento)

Autor(es): Rubens Calvo

Regulamentação: Decreto nº 45.316/2004 - Regulamenta a Lei nº 12.281/1996, alterada por esta Lei. (ver documento)
PARA VERIFICAR SE HÁ ALTERAÇÕES PARA OS ATOS E DECRETOS DE REGULAMENTAÇÃO DESTA NORMA, FAÇA NOVA PESQUISA PELO NÚMERO DE CADA ATO OU DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO.

Legislação explicativa: Lei nº 12.281/1996 - Dispõe sobre a criação de Centros de Recuperação de Drogados. (ver documento)

[Back]

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

LEI Nº 13.832, DE 26 DE MAIO DE 2004
(Projeto de Lei nº 535/02, do Vereador Rubens Calvo - PSB)

Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 12.281/96, e dá outras providências.
MARTA SUPLICY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, nos termos do disposto no inciso I do artigo 84 do seu Regimento Interno, decretou e eu promulgo a seguinte lei:
Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.281, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a criação dos Centros de Recuperação de Drogados, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo único:
"Parágrafo único. Para os fins do disposto no "caput" deste artigo, o órgão competente poderá estabelecer parceria com clínicas habilitadas a promover a assistência aos dependentes de drogas."
Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.
Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 26 de maio de 2004, 451º da fundação de São Paulo.
MARTA SUPLICY, PREFEITA
LUIZ TARCÍSIO TEIXEIRA FERREIRA, Secretária dos Negócios Jurídicos
LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico
GONZALO VECINA NETO, Secretário Municipal da Saúde
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 26 de maio de 2004.
RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

fls. 17

17
01-039/13

Folha
Proc. Nº
Assessoria
RF. 11.136

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : **legis**

Pesquisa : **12540 AND 1997**

Total de referências : **1**

1/1

Título: LEI Nº 12.540 29/12/1997 (ver documento)
Sem revogação expressa

Ementa: Dispoe sobre a inclusao, no curriculo escolar, de disciplina sobre os efeitos de substancias que causam dependencia fisica e psicologica em seres humanos.

Projeto: Projeto de Lei Nº 555/1995 (ver documento)

Autor(es): Toninho Paiva

Regulamentação: Decreto nº 37.720/1998 - Regulamenta esta Lei. (ver documento)
PARA VERIFICAR SE HÁ ALTERAÇÕES PARA OS ATOS E DECRETOS DE REGULAMENTAÇÃO DESTA NORMA, FAÇA NOVA PESQUISA PELO NÚMERO DE CADA ATO OU DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO.

[Back]

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

Folha 18
Proc. nº 01-039/13

LEI N. 12.540 - DE 29 DE DEZEMBRO DE 1997

Dispõe sobre a inclusão, no currículo escolar, de disciplina sobre os efeitos de substâncias que causam dependência física e psicológica em seres humanos.

(Projeto de Lei n. 555/95, do Vereador Toninho Paiva - PFL)

Celso Pitta, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.
Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 4 de dezembro de 1997, decretou e eu promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º Fica incluída, no currículo escolar das escolas municipais disciplina sobre os efeitos de substâncias que causam dependências físicas e psíquicas em seres humanos.
Parágrafo único. A disciplina de que trata este artigo poderá ser ministrada, juntamente com outra matéria já existente, desde que fique caracterizada, quando de sua administração, a especificidade do assunto.
Art. 2º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.
Art. 3º As despesas para execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

atualizado em 30/09/2015 00:00:00.

fls. 19

Folha
Proc. Nº /

Alessandra Lebeki
RF. 11.136

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : **legis**

Pesquisa : **13210 AND 2001**

Total de referências : **1**

1/1

Título: LEI Nº 13.210 13/11/2001 (ver documento)
Sem revogação expressa

Ementa: Dispoe sobre a obrigatoriedade da aplicaçao do "Programa de Educaçao Especifica Contra os Males do Fumo, do Alcool e das Drogas", em todas as Escolas Publicas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Ensino de Sao Paulo.

Projeto: Projeto de Lei Nº 199/2001 (ver documento)

Autor(es): Havanir Nimtz

Regulamentação: Decreto nº 42.216/2002 - Regulamenta esta Lei. (ver documento)
PARA VERIFICAR SE HÁ ALTERAÇÕES PARA OS ATOS E DECRETOS DE REGULAMENTAÇÃO DESTA NORMA, FAÇA NOVA PESQUISA PELO NÚMERO DE CADA ATO OU DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO.

[Back]

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

LEI Nº 13.210, 13 DE NOVEMBRO DE 2001
(Projeto de Lei nº 199/01, da Vereadora Havanir Nimtz - PRONA)

Dispõe sobre a obrigatoriedade da aplicação do "Programa de Educação Específica Contra os Males do Fumo, do Álcool e das Drogas", em todas as Escolas Públicas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

MARTA SUPLICY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 16 de outubro de 2001, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o "Programa de Educação Específica Contra os Males do Fumo, do Álcool e das Drogas", em todas as Escolas Municipais da cidade de São Paulo, visando a prevenir que os pré-adolescentes se tornem fumantes, viciados na ingestão de álcool e/ou consumidores de drogas, tendo em vista os efeitos deletérios que todos esses vícios têm sobre o organismo humano, além do prejuízo social deles decorrentes.

§ 1º - A obrigatoriedade de que trata o "caput" deste artigo refere-se aos jovens matriculados na quinta, sexta, sétima e oitava série do Ensino Fundamental.

§ 2º - Os discentes assistirão a uma palestra, por semestre letivo, sobre cada um dos três temas - três palestras por semestre, sendo umapalestra para cada tema - com duração de dois tempos normais de aula padrão. Em cada palestra serão enfatizados, respectivamente, em linguagem clara e acessível todos os aspectos do fumo, do álcool e das drogas, danosos à saúde do ser humano.

§ 3º - O palestrante dividirá o tempo de aula em duas sessões, sendo que a primeira será expositiva, com a apresentação opcional de slides e/ou transparências, além de quaisquer outros métodos ou recursos audiovisuais, que ajudarão a formar, nos discentes, uma idéia aproximada da realidade da agressão fisiopatológica do cigarro, do álcool e das drogas ao organismo humano. A segunda parte constará de uma sessão em que os estudantes farão perguntas e o conferencista apresentará as respostas, visando a esclarecer possíveis dúvidas que tenham surgido, e a enriquecer a exposição prévia com mais exemplos.

§ 4º - Poderão participar, como convidados, os pais e/ou outros familiares, para maior participação e integração da comunidade ao programa ora proposto.

Art. 2º - Osconferencistas serão médicos da Rede Municipal, ou mesmo médicos não ligados ao Serviço Público, porém de notório saber, que queiram, sem nenhum ônus para o Município, participar desse programa educativo.

Parágrafo único - Os conferencistas deverão ser convidados pela Direção da Escola, com período de antecedência mínimo de dois meses.

Art. 3º - Ficará a critério da Direção da Escola a marcação das datas e horários dessas palestras, bem como a possível unificação de algumas turmas, ou até de todo o corpo discente da Escola, na medida em que existam, para tanto, locais disponíveis para a sessão dentro do próprio estabelecimento.

Art. 4º - O Executivo regulamentará a matéria, 60 (sessenta) dias após a publicação da lei, podendo a Secretaria de Saúde do Município ficar responsável de fornecer, à Secretaria de Educação do Município, uma lista dos médicos selecionados para tal fim, dentro dos quadros do Serviço Médico Municipal.

Parágrafo único - O médico do Serviço Municipal, cujo nome conste da listapreviamente fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde, que for convidado pela Direção de uma Escola para proferir palestra dentro do "Programa de Educação Específica Contra os Males do Fumo, do Álcool e das Drogas", poderá ser dispensado do ponto ou do plantão, em face do relevante serviço público prestado.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das verbas próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 13 de novembro de 2001, 448º da fundação de São Paulo.
MARTA SUPLICY, PREFEITA
ANNA EMILIA CORDELLI ALVES, Secretária dos Negócios Jurídicos
JOÃO SAYAD, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico
FERNANDO JOSÉ DE ALMEIDA, Secretário Municipal de Educação
EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO, Secretário Municipal da Saúde
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 13 de novembro de 2001.
RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autenticado em 30/09/2015 00:00:00.

Folha 21
Proc. Nº 01-039713
RF. 11.136

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : **legis**

Pesquisa : **13270 AND 2002**

Total de referências : **1**

1/1

Título: LEI Nº 13.270 03/01/2002 (ver documento)
Sem revogação expressa

Ementa: Dispoe sobre a obrigatoriedade de veicular, em espaços publicitarios e em bilhetes utilizados nos transportes publicos municipais de passageiros, mensagens institucionais alertando sobre a prevençao da AIDS e sobre os males do fumo, do alcool e das drogas.

Projeto: Projeto de Lei Nº 24/2001 (ver documento)

Autor(es): Gilberto Natalini

[Back]

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.
Proc. nº 01-039/13
fls. 23
RF. 11.136

LEI Nº 13.270, 03 DE JANEIRO DE 2002
(Projeto de Lei nº 24/2001, do Vereador Gilberto Natalini - PSDB)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de veicular, em espaços publicitários e em bilhetes utilizados nos transportes públicos municipais de passageiros, mensagens institucionais alertando sobre a prevenção da AIDS e sobre os males do fumo, do álcool e das drogas.

HÉLIO BICUDO, Vice-Prefeito, em exercício no cargo de Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 05 de dezembro de 2001, decretou e eu promulgo a seguinte lei:
Art. 1º - As sociedades de economia mista, as empresas públicas municipais e as empresas privadas, que operam por concessão, permissão ou autorização os serviços de transporte municipais públicos de passageiros, ficam obrigadas a veicular mensagens de prevenção da AIDS, de combate ao consumo do cigarro, do álcool e das drogas, na forma estabelecida no artigo 3º.
Parágrafo único - A Secretaria Municipal da Saúde estabelecerá o conteúdo das mensagens a que se refere este artigo.
Art. 2º - O disposto nesta lei aplica-se a todas as modalidades de transporte público de passageiros de responsabilidade do município, seja sobre pneus ou sobre trilhos.
Art. 3º - As mensagens instituídas por esta lei serão veiculadas nos espaços publicitários, nos cartões ou em qualquer outro meio utilizado para liberar os bloqueios ou para permitir o embarque dos passageiros, ressalvados os bilhetes, as fichas e as moedas.
Parágrafo único - Os cartões e similares referidos neste artigo que se encontrarem em circulação antes da promulgação desta lei devem ser recolhidos no prazo de 1 (um) ano.
Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.
Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.
Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 03 de janeiro de 2002, 448º da fundação de São Paulo.
Hélio Bicudo, Prefeito em Exercício
ILZA REGINA DEFILIPPI DIAS, Respondendo pelo Cargo de Secretária dos Negócios Jurídicos
FERNANDO HADDAD, Respondendo pelo Cargo de Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico
EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO, Secretário Municipal da Saúde
CARLOS ALBERTO ROLIM ZARATTINI, Secretário Municipal de Transportes
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 03 de janeiro de 2002.
RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

atualizada em 30/09/2015 00:00:00.

Fls. 23
Proc. nº 01-039/13
RF. 11.136

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : **legis**

Pesquisa : **13321 AND 2002**

Total de referências : **1**

1/1

Título: LEI Nº 13.321 06/02/2002 (ver documento)
Sem revogação expressa
Ementa: Institui o Conselho Municipal de Politicas Publicas de Drogas e Alcool.
Projeto: Projeto de Lei Nº 75/2001 (ver documento)
Autor(es): Lucila Pizani Gonçalves
Revogação: Revoga a Lei nº 10.750/1989. (ver documento)

[Back]

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

LEI Nº 13.321, 6 DE FEVEREIRO DE 2002
(Projeto de Lei nº 075/01, da Vereadora Lucila Pizani Gonçalves - PT)

Institui o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool.

MARTA SUPLICY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 28 de dezembro de 2001, decretou e eu promulgo a seguinte lei:
Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool, vinculado administrativamente à Secretaria do Governo Municipal.
Parágrafo único - O Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool integra o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, conforme o disposto na Lei Federal nº 6368 de 21 de outubro de 1976.
Art. 2º - São objetivos do Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool:
I - propor e acompanhar a execução da política municipal de prevenção ao uso indevido de drogas e substâncias que causem dependência física ou psíquica;
II - coordenar, desenvolver e estimular programas:
a) de prevenção ao uso indevido e à disseminação do tráfico ilícito de drogas e substâncias que causem dependência;
b) de tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes;
c) de otimização e capacitação de recursos humanos para o trabalho de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes;
III - estimular estudos e pesquisas visando ao aperfeiçoamento dos conhecimentos técnico-científicos referentes ao uso, produção não autorizada e tráfico ilícito de drogas e substâncias que causem dependência;
IV - identificar e levar ao conhecimento do Poder Executivo as possibilidades de acordos e convênios de interesse para a implementação da política municipal;
V - propor à Prefeita e às demais autoridades competentes medidas para alcançar seus objetivos legais.
Art. 3º - O Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool será integrado pelos seguintes membros:
I - designados pela Prefeita Municipal:
a) um representante da Secretaria Municipal de Educação;
b) um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
c) um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
d) um representante da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação;
e) um representante da Secretaria Municipal de Cultura;
f) um representante da Secretaria dos Negócios Jurídicos;
g) um representante da Guarda Civil Metropolitana.
II - designados pelo Presidente da Câmara Municipal:
a) um representante da Comissão Permanente de Saúde, Promoção Social e Trabalho;
b) um representante da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dosDireitos Humanos e Cidadania;
c) um representante da Comissão Extraordinária Permanente da Juventude;
d) um representante da Comissão Extraordinária Permanente da Criança e do Adolescente.
III - a convite da Prefeita:
a) quatro representantes indicados pelas organizações não-governamentais destinadas à prevenção do uso indevido de drogas, álcool e substâncias que causem dependência física ou psíquica, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes;
b) um representante dos veículos de comunicação com sede no Município, indicado pelas entidades de classe;
c) um representante dos empresários do Município, indicado pelas entidades de classe;

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

d) dois representantes da comunidade acadêmico-científica, de notório saber nas áreas de atribuições do Conselho;
e) um representante do Conselho Regional de Medicina;
f) um representante do Conselho Regional de Psicologia;
g) um representante do Conselho Regional de Farmácia;
h) um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção São Paulo;
i) três representantes do Governo Estadual, indicados, preferencialmente, pelas Secretarias Estaduais de Educação, Saúde e Segurança Pública.
§ 1º - As entidades mencionadas nas alíneas "a", "b" e "c", do inciso III, indicarão seus representantes por meio de listas, das quais constarão os nomes dos respectivos suplentes.
§ 2º - Os membros do Conselho terão mandato de dois anos, permitida a recondução.
§ 3º - A função de membro do Conselho não será remunerada, sendo, porém, considerada de relevante serviço público.
Art. 4º - O Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool será presidido por um de seus membros, eleito por seus pares, nos termos do regimento interno.
Parágrafo único - O Presidente do Conselho terá mandato de dois anos, permitida uma única recondução.
Art. 5º - As atividades do Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool serão disciplinadas por regimento interno aprovado por maioria absoluta dos Conselheiros.
Art. 6º - A Prefeita instalará o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool no prazo de até sessenta dias, a contar da data da promulgação desta lei.
Art. 7º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 10.750, de 26 de setembro de 1989.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 6 de fevereiro de 2002, 449º da fundação de São Paulo.
MARTA SUPLICY, PREFEITA
ANNA EMILIA CORDELLI ALVES, Secretária dos Negócios Jurídicos
JOÃO SAYAD, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico
FERNANDO JOSÉ DE ALMEIDA, Secretário Municipal de Educação
EVILÁSIO CAVALCANTE DE FARIAS, Secretário Municipal de Assistência Social
EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO, Secretário Municipal da Saúde
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 6 de fevereiro de 2002.
RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

atualizada em 31/08/2015 00:00:00.

fls. 27
Proc. Nº 26 01-039119

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : **legis**

Pesquisa : **13534 AND 2003**

Total de referências : **1**

1/1

Título: LEI Nº 13.534 19/03/2003 (ver documento)
Sem revogação expressa

Ementa: Dispoe sobre a instalaçao, no ambito do Municipio, de Programa de Prevençao e Orientaçao contra o Uso de Entorpecentes.

Projeto: Projeto de Lei Nº 198/2000 (ver documento)

Autor(es): Miriam Athie

Regulamentação: Decreto nº 43.703/2003 - Regulamenta esta Lei. (ver documento)
PARA VERIFICAR SE HÁ ALTERAÇÕES PARA OS ATOS E DECRETOS DE REGULAMENTAÇÃO DESTA NORMA, FAÇA NOVA PESQUISA PELO NÚMERO DE CADA ATO OU DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO.

[Back]

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

Proc. Nº 27 01-039/15

LEI Nº 13.534, DE 19 DE MARÇO DE 2003
(Projeto de Lei nº 198/00, da Vereadora Myryam Athie - PPS)

Dispõe sobre a instalação, no âmbito do Município, de Programa de Prevenção e Orientação contra o Uso de Entorpecentes.

MARTA SUPLICY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 18 de fevereiro de 2003, decretou e eu promulgo a seguinte lei:
Art. 1º - Fica criado, no âmbito do Município, o Programa de Prevenção e Orientação contra o Uso de Entorpecentes, Alcoolismo e Drogas afins.
Art. 2º - O Programa terá caráter elucidativo quanto às conseqüências, sobre a saúde, do uso de entorpecentes, álcool; orientador relativamente às formas de prevenção e cura da conduta viciada e promoverá o acompanhamento integral do usuário do serviço de atendimento médico do Município aos que pretendam recuperar-se.
Parágrafo único - A critério da autoridade pública competente, poderá ser oferecida ao interessado, orientação acerca das formas alternativas de assistência, desde que reconhecidas.
Art. 3º - Visando à eficiência no atendimento e na divulgação do Programa à coletividade, o Poder Público poderá ainda estabelecer convênio com pessoas jurídicas de direito público ou privado, religiosas e não-governamentais que mantenham serviços e programas preventivos, de orientação ou assistência ao usuário de entorpecentes, alcoólatras ou drogados, desde que comprovem estarem aptas tecnicamente para esse fim, nos termos do regulamento da presente lei.
Art. 4º - O Poder Executivo, ao regulamentar a presente lei, definirá a abrangência do Programa no que concerne às ações rotineiras e sua abrangência, a periodicidade com a qual veiculará mensagens ao grande público bem como o órgão ao qual competirá a implantação e administração do Programa.
Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento, sendo possível a sua suplementação.
Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.
Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 19 de março de 2003, 450º da fundação de São Paulo.
MARTA SUPLICY, PREFEITA
LUIZ TARCISIO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário dos Negócios Jurídicos
JOÃO SAYAD, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico
GONZALO VECINA NETO, Secretário Municipal da Saúde
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 19 de março de 2003.
RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

atualizada em 30/09/2015 00:00:00.

fls. 29

Folha 28
Proc. Nº 01-039/13

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : **legis**

Pesquisa : **13722 AND 2004**

Total de referências : **1**

1/1

Título: LEI Nº 13.722 09/01/2004 (ver documento)
Sem revogação expressa

Ementa: Institui o Programa de Prevençao e Assistencia Integral a Dependentes Quimicos no Municipio de Sao Paulo, e da outras providencias.

Projeto: Projeto de Lei Nº 387/2001 (ver documento)

Autor(es): William Woo

Regulamentação: Decreto nº 45.870/2005 - Regulamenta esta Lei. (ver documento)
PARA VERIFICAR SE HÁ ALTERAÇÕES PARA OS ATOS E DECRETOS DE REGULAMENTAÇÃO DESTA NORMA, FAÇA NOVA PESQUISA PELO NÚMERO DE CADA ATO OU DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO.

[Back]

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

LEI Nº 13.722, DE 9 DE JANEIRO DE 2004
(Projeto de Lei nº 387/01, do Vereador William Woo - PSDB)

Institui o Programa de Prevenção e Assistência Integral a Dependentes Químicos no Município de São Paulo e dá outras providências.
MARTA SUPLICY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 27 de novembro de 2003, decretou e eu promulgo a seguinte lei:
Art. 1º - Fica criado no Município de São Paulo o Programa de Prevenção e Assistência Integral a Dependentes Químicos.
Parágrafo único - Para efeitos previstos pelo "caput" a dependência química inclui alcoólatras, bem como usuários de drogas.
Art. 2º - O Programa ora instituído ficará sob o comando e responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde, que definirá as competências em cada nível de atuação.
Art. 3º - Fica assegurada a realização do exame-diagnóstico a todos os cidadãos que estejam informados.
Art. 4º - (VETADO)
Art. 5º - A Secretaria Municipal de Saúde, através do seu órgão formador, caberá a organização de seminários, cursos e treinamentos, com vistas à capacitação dos professores da saúde, em especial pediatras, clínicos gerais e psicólogos.
Parágrafo único - Deverá ainda o centro formador estabelecer intercâmbio com universidades, hospitais universitários e hemocentros, visando ao desenvolvimento de um melhor atendimento sobre o tema.
Art. 6º - Deverão fazer parte ações educativas de prevenção, de caráter eventual e permanente, a constar: campanhas educativas de massa; elaboração de cadernos técnicos para a rede pública de saúde e educação; campanhas específicas para adolescentes da rede pública escolar.
Art. 7º - Fica assegurada pela Administração Pública Municipal a assistência integral, que ocorrerá nas unidades de atendimento ambulatorial especializado.
Parágrafo único - Caberá à Secretaria Municipal de Saúde a implantação de atendimento ambulatorial especializado, assegurando-lhe a provisão de recursos físicos, tecnológicos e profissionais para desenvolver processos de atendimento de boa qualidade.
Art. 8º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das verbas próprias orçamentárias, em dotação que será consignada no próximo orçamento.
Art. 9º - Esta lei será regulamentada em 60 (sessenta) dias e entrará em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 9 de janeiro de 2004, 450º da fundação de São Paulo.
MARTA SUPLICY, PREFEITA
LUIZ TARCISIO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário dos Negócios Jurídicos
LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico
GONZALO VECINA NETO, Secretário Municipal da Saúde
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 9 de janeiro de 2004.
UBIRATAN DE PAULA SANTOS, Secretário do Governo Municipal - Substituto

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

30
04-039/13
RF. 11.138

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : **legis**

Pesquisa : **14420 AND 2007**

Total de referências : **1**

1/1

Título: LEI Nº 14.420 31/05/2007 (ver documento)
Sem revogação expressa
Ementa: Dispõe sobre a inclusão de conteúdo programático relativo à prevenção contra as drogas no currículo das escolas da rede municipal de ensino.
Projeto: Projeto de Lei Nº 289/2005 (ver documento)
Autor(es): Carlos Apolinário

[Back]

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

LEI Nº 14.420, DE 31 DE MAIO DE 2007
(Projeto de Lei nº 289/05, do Vereador Carlos Apolinário - DEM)
Dispõe sobre a inclusão de conteúdo programático relativo à prevenção contra as drogas no currículo das escolas da rede municipal de ensino.
GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 22 de maio de 2007, decretou e eu promulgo a seguinte lei:
Art. 1º Fica incluído, no currículo das escolas da rede municipal de ensino, conteúdo programático visando à prevenção contra as drogas, mediante esclarecimentos dos efeitos nocivos causados pelo uso de substâncias que provoquem dependência física e psíquica em seres humanos, em especial crianças e adolescentes.
Art. 2º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 31 de maio de 2007, 454º da fundação de São Paulo.
GILBERTO KASSAB, PREFEITO
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 31 de maio de 2007.
CLOVIS DE BARROS CARVALHO, Secretário do Governo Municipal

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

atualizada em 30/04/2015 00:00:00.

Folha
Proc. Nº 32
01-039/13
Alessandra Watanabe
RF. 11.136

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : **legis**

Pesquisa : **14450 AND 2007**

Total de referências : **1**

1/1

Título: LEI Nº 14.450 22/06/2007 (ver documento)
Sem revogação expressa

Ementa: Institui o Programa de Combate à Venda Ilegal de Bebida Alcóolica e de Desestímulo ao seu Consumo por Crianças e Adolescentes, no âmbito do Município de São Paulo.

Projeto: Projeto de Lei Nº 630/2006 (ver documento)

Autor(es): Carlos Alberto Bezerra Junior

Regulamentação: Decreto nº 49.662/2008 - Regulamenta esta Lei. (ver documento)
PARA VERIFICAR SE HÁ ALTERAÇÕES PARA OS ATOS E DECRETOS DE REGULAMENTAÇÃO DESTA NORMA, FAÇA NOVA PESQUISA PELO NÚMERO DE CADA ATO OU DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO.

[Back]

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

Folha
Proc. Nº 33
01-039/13
Assessoria
RF. 11.135

LEI Nº 14.450, DE 22 DE JUNHO DE 2007
(Projeto de Lei nº 630/06, do Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr. - PSDB)

Institui o Programa de Combate à Venda Ilegal de Bebida Alcoólica e de Desestímulo ao seu Consumo por Crianças e Adolescentes, no âmbito do Município de São Paulo.
GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 14 de junho de 2007, decretou e eu promulgo a seguinte lei:
Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate à Venda Ilegal de Bebida Alcoólica e de Desestímulo ao seu Consumo por Crianças e Adolescentes, no âmbito do Município de São Paulo.
§ 1º O Programa ora instituído objetiva a execução de um conjunto de normas e ações que contribuam, efetivamente, para diminuir o consumo de bebida alcoólica por adolescentes e jovens.
§ 2º Para os efeitos desta lei, considera-se bebida alcoólica a bebida potável, com qualquer teor de álcool.

DAS MEDIDAS REFERENTES AOS MERCADOS, SUPERMERCADOS, BARES, RESTAURANTES, LANCHONETES, PADARIAS, CASAS NOTURNAS, AMBULANTES E ESTABELECIMENTOS
COMERCIAIS DE QUALQUER ESPÉCIE

Art. 2º É proibida a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 (dezoito) anos pelos mercados, supermercados, bares, restaurantes, lanchonetes, padarias, casas noturnas, ambulantes e estabelecimentos comerciais de qualquer espécie.
Art. 3º O descumprimento ao disposto no art. 2° desta lei sujeitará o estabelecimento infrator às seguintes penalidades:
I – multa no valor de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), dobrada na reincidência;
II – cassação da licença de funcionamento na ocorrência da terceira infração.
Parágrafo único. Constatada a irregularidade, além das sanções previstas no "caput" deste artigo, a Administração Municipal deverá comunicar o fato ao Conselho Tutelar competente e ao Ministério Público, para a adoção das demais providências pertinentes.
Art. 4º Os novos autos e alvarás de licença de funcionamento a serem expedidos para os estabelecimentos a que se refere o art. 2° desta lei deverão conter advertência com o seguinte teor:
"A venda de bebida alcoólica para crianças e adolescentes sujeitará o infrator à pena de 2 (dois) a 4 (quatro) anos de detenção."
Art. 5º Os bares, restaurantes, lanchonetes, padarias, casas noturnas e estabelecimentos congêneres deverão veicular, em seus impressos ou dependências, a seguinte advertência:
"O álcool causa dependência e, em excesso, provoca males à saúde."
Parágrafo único. O descumprimento ao disposto no "caput" deste artigo sujeitará o estabelecimento infrator à multa no valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), dobrada a cada reincidência.
Art. 6º No caso de haver consumação mínima exigida pelo estabelecimento, os cartões ou vouchers entregues para crianças e adolescentes deverão ser assim identificados com essa especificação e possuírem cor diferenciada dos demais.
Parágrafo único. O descumprimento ao disposto neste artigo acarretará a aplicação de multa no valor de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), dobrada a cada reincidência.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

DAS MEDIDAS DE CONSCIENTIZAÇÃO DA SOCIEDADE
SOBRE OS RISCOS DO CONSUMO DE ÁLCOOL
PELOS ADOLESCENTES E JOVENS

Art. 7º Fica instituída a Semana Municipal contra o Alcoolismo, a ser realizada anualmente, no período de 19 a 26 de junho, com o objetivo de estimular a realização de atividades voltadas à diminuição do consumo do álcool e ao esclarecimento da sociedade quanto aos riscos e males por ele causados.
§ 1º No período referido no "caput" deste artigo e periodicamente, durante o ano, serão realizadas palestras e seminários sobre o alcoolismo, tendo como público-alvo os alunos das escolas públicas municipais de ensino fundamental e médio, os jovens em geral, os pais e os proprietários de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas.
§ 2º A Semana ora instituída será incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de São Paulo.
Art. 8º Será realizado curso de prevenção ao alcoolismo para os Conselheiros Tutelares do Município de São Paulo, os quais poderão, a critério da Administração Municipal, ser incluídos nas atividades de capacitação técnico-científica dos professores da Rede Municipal de Ensino, a que se refere o Decreto nº 42.216, de 23 de julho de 2002.
Art. 9º Na formulação de estratégias e políticas de combate ao alcoolismo, o Executivo utilizará bancos de dados relativos a padrões de consumo de álcool por jovens, disponibilizados por instituições e entidades públicas e privadas especializadas.
Art. 10. O Executivo deverá divulgar à população, inclusive por intermédio das mensagens institucionais veiculadas nos ônibus municipais, o Disque Viva Voz – 0800 510 0015 – serviço gratuito de informações e orientações sobre o consumo indevido de álcool.
Art. 11. Visando à execução desta lei e à realização das atividades nela previstas, o Executivo contará com a contribuição do Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool – COMUDA e o apoio das Secretarias Municipais da Saúde, de Educação e de Assistência e Desenvolvimento Social, podendo firmar convênios e parcerias com outras entidades governamentais e não-governamentais.
Art. 12. O Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua publicação.
Art. 13. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 22 de junho de 2007, 454º da fundação de São Paulo.
GILBERTO KASSAB, PREFEITO
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 22 de junho de 2007.
CLOVIS DE BARROS CARVALHO, Secretário do Governo Municipal

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

Folha
Proc. nº 35
01-039/13
Ass.
RF. 11.136

fls. 36

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : **legis**

Pesquisa : **14485**

Total de referências : **1**

1/1

Título:	LEI Nº 14.485 19/07/2007 (ver documento) Sem revogação expressa
Ementa:	Consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, e dá outras providências.
Projeto:	Projeto de Lei Nº 102/2007 (ver documento)
Autor(es):	Todos os Vereadores
Regulamentação:	Decreto nº 50.023/2008 - Regulamenta o Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, relativamente ao disposto nos arts. 2º a 6º desta Lei. (ver documento) PARA VERIFICAR SE HÁ ALTERAÇÕES PARA OS ATOS E DECRETOS DE REGULAMENTAÇÃO DESTA NORMA, FAÇA NOVA PESQUISA PELO NÚMERO DE CADA ATO OU DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO.
Revogação:	Lei nº 15.320/2010 - Revoga a alínea "a" do inciso LXIX do art. 7º desta Lei.; (ver documento) Lei nº 15.342/2010 - Revoga a alínea "b" do inciso LXXIX do art. 7º desta Lei. (ver documento)
Notas complem.:	- Decreto nº 51.228/2010 - Inclui a "São Paulo Indy 300" no Calendário de que trata esta Lei. - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 994.09.229.553-6 - Por meio do Acórdão publicado em 12/11/2010, o Órgão Especial do E. Tribunal de Justiça, por unanimidade, julgou extinta, sem resolução do mérito, a ação movida pelo Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria de São Paulo, tendo por objeto a declaração de inconstitucionalidade da Lei 13.707/2004, posteriormente revogada por esta Lei, que institui em seu art. 9º o feriado do "Dia da Consciência Negra". Por fim, esclarece-se que a referida decisão não transitou em julgado. DOC 24/11/2010 p. 99 c. 1.
Alterações:	Lista de alterações desta Lei. (ver documento)

[Back]

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

LEI Nº 14.485 DE 19 DE JULHO DE 2007
(PROJETO DE LEI Nº 102/07)
(TODOS OS SRS. VEREADORES)
Consolida a Legislação Municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, e dá outras providências.
Antonio Carlos Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal de São Paulo, de acordo com o § 7º do artigo 42 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, promulga a seguinte lei:
Art. 1º Esta lei consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo.
CAPÍTULO I
DO CALENDÁRIO DE EVENTOS
Art. 2º O Executivo organizará e publicará, em cada ano, o Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, do qual constarão todos os acontecimentos e eventos culturais, artísticos, esportivos, festivais, de lazer e datas comemorativas, instituídos por leis ou decretos municipais, além daqueles já tradicionalmente realizados no Município.
Art. 3º Além dos eventos referidos no artigo anterior, serão incluídos no Calendário aqueles que, de qualquer modo, contribuam para atingir os seguintes objetivos:
I - incremento do turismo;
II - conservação e desenvolvimento das tradições folclóricas brasileiras;
III - recreação popular;
IV - desenvolvimento das atividades econômicas, da indústria e do comércio;
V - estímulo à exportação de produtos nacionais.
Art. 4º Serão incluídos obrigatoriamente no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo de cada ano:
I - as festividades da Semana da Pátria;
II - as festividades comemorativas da fundação da Cidade de São Paulo;
III - os festejos carnavalescos;
IV - as festas de Natal, Fim-de-Ano e da Primavera.
Art. 5º Deverá ser dada publicidade ao Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo até o dia 30 de novembro de cada ano, relacionando os eventos a serem realizados de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano seguinte.
Art. 6º Todos os eventos constantes do Calendário Oficial de Eventos do Município de São Paulo deverão utilizar-se do slogan "São Paulo Capital da Gastronomia", quando de sua divulgação.
CAPÍTULO II
DAS DATAS COMEMORATIVAS E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Art. 7º Constituem datas comemorativas e eventos anuais do Município de São Paulo, devendo ser inseridos no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo de que trata o Capítulo I desta lei:
I - a Feira de Arte, Artesanato, Antiguidades, Gastronomia, Cultura e Lazer da Praça da República;
II - a Semana da Feira de Livros Religiosos e Filosóficos, promovida pelas entidades, livrarias e editoras religiosas com sede ou filial no Município;
III - a Semana Municipal de Combate e Prevenção ao Enfarte na Infância e Adolescência, a ser comemorada, anualmente, juntamente com a Semana do Coração, sendo que no desenvolvimento de atividades durante o evento, o Poder Executivo deverá buscar, na medida do possível, a implementação dos seguintes objetivos: promoção de ampla divulgação nos meios de comunicação, respeitado o disposto no art. 37, § 1º, da Constituição Federal; celebração de parcerias com universidades, sindicatos e demais entidades da sociedade civil, para a organização de debates e palestras sobre a prevenção de enfarte na infância e adolescência; realização de outros procedimentos úteis para a consecução dos objetos deste evento; realização de

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

convênios ou outros ajustes com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e com o Ministério da Saúde, para a efetivação do disposto neste inciso;
IV - a Semana da Happy Hour, a ser realizada na primeira semana do horário de verão, devendo os órgãos municipais prestar toda colaboração que se fizer necessária ao êxito deste evento, a ser programado por organizações particulares especializadas;
V - a Semana Albert Sabin, a ser comemorada no período coincidente com o da vacinação infantil, sendo que para a comemoração do evento, o Executivo promoverá campanhas preventivas e de conscientização sobre a poliomielite;
VI - a Marcha para Jesus, a ser realizada, anualmente, conforme calendário mundial, sendo que o referido evento deverá ser organizado pela Fundação Renascer e realizado em circuito determinado pela organizadora, em consonância com os órgãos competentes que darão o respaldo necessário;
VII - a Semana Educativa "Não fique por baixo – Pipas sem cortes", a ser realizada a cada ano nas escolas do Município de São Paulo, organizadas por estas e que poderá conter atividades que incluam: informações e orientações a respeito do modo correto de utilização de pipas, fotos, palestras com representantes do Corpo de Bombeiros e Eletropaulo, reforçando o modo perigoso da má utilização da pipa e da linha cortante; orientação sobre o lado lúdico da pipa, com sua utilização correta e montando oficina de pipas; e organização de um concurso e exposição de pipas, culminando com os alunos, pais e populares empinando-as;
VIII - a Semana de Combate ao Alcoolismo, Tabagismo e Outros Tóxicos na rede municipal de ensino, nos Centros de Convivência, nos Centros de Juventude, nos Centros Esportivos e nos Balneários e Minibalneários do Município de São Paulo, destinada aos jovens e crianças em idade escolar, sendo que o responsável pelo equipamento determinará em seu calendário anual a instituição do evento, promovendo a realização de palestras, trabalhos dirigidos, seminários, redações, cartazes, recursos audiovisuais, visitas a instituições de amparo a dependentes químicos, depoimentos de ex-viciados, a critério do responsável, e de acordo com a faixa etária;
IX – a Semana de Treinamento em Primeiros Socorros, no âmbito da rede municipal de ensino, a ser realizada, anualmente, em data a ser designada pela Secretaria Municipal da Educação, e se destinará, prioritariamente, a orientar e treinar os escolares e a comunidade na aplicação de primeiros socorros, com a cooperação da Secretaria Municipal de Saúde, à qual caberá o treinamento de especialistas e monitores;
X - a Olimpíada Municipal da 3ª Idade, a ser realizada, anualmente, através da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, sendo que a participação dos interessados far-se-á, obrigatoriamente, mediante atestado médico de aptidão para tais práticas, que deverá ser apresentado no ato da inscrição e com validade de até 30 (trinta) dias anteriores à data de início das atividades;
XI - os Jogos Mirins de São Paulo, competição esportiva-educacional, a ser realizada, obrigatória e anualmente, pela Prefeitura do Município de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, sendo que dos Jogos Mirins de São Paulo poderão participar estabelecimentos de ensino, oficiais e particulares, entidades e clubes amadores sediados no Município de São Paulo e, a critério daquela Secretaria, também os sediados em outras Cidades e em outros Estados, sendo que as modalidades esportivas e os jogos a serem disputados nos Jogos Mirins de São Paulo, assim como os concursos a eles atinentes, ficarão a critério da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, o mesmo ocorrendo com as idades dos participantes, ficando obrigados a participar da competição de que trata o presente inciso as escolas municipais e os centros educacionais e esportivos pertencentes à Prefeitura Municipal de São Paulo, restando a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação autorizada a receber, em espécie, prêmios destinados aos Jogos Mirins de São Paulo, bem como material promocional divulgando a competição;

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

atualizada em 30/09/2015 00:00:00.

Folha 28
Proc. Nº 0-039/13
ASSESSORIA
RF. 11.128
fls. 39

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : **legis**

Pesquisa : **14634 AND 2007**

Total de referências : **1**

1/1

Título: LEI Nº 14.634 14/12/2007 (ver documento)
Sem revogação expressa
Ementa: Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de instituir o evento "Conscientização da Síndrome Alcoólica Fetal", a ser realizado, anualmente, no dia 27 de março, e dá outras providências.
Projeto: Projeto de Lei Nº 519/2007 (ver documento)
Autor(es): Ushitaro Kamia

[Back]

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

Folha 39
Proc. Nº 9-039/13
Alessandra
RF. 11.136

LEI Nº 14.634 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007
(PROJETO DE LEI Nº 519/07)
(VEREADOR USHITARO KAMIA - DEMOCRATAS)
Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de instituir o evento "Conscientização da Síndrome Alcoólica Fetal", a ser realizado, anualmente, no dia 27 de março, e dá outras providências.
Antonio Carlos Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal de São Paulo, de acordo com o § 7º do artigo 42 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, promulga a seguinte lei:
Art. 1° Acresce alínea ao inciso LIV do art. 7º da Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, instituindo o evento "Conscientização da Síndrome Alcoólica Fetal", a ser realizado, anualmente, no dia 27 de março, com a finalidade de estimular a informação sobre a síndrome nas escolas e unidades de saúde.
Art. 2° As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 3° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Câmara Municipal de São Paulo, 17 de dezembro de 2007.
O Presidente, Antonio Carlos Rodrigues
Publicada na Secretaria Geral Parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo, em 17 de dezembro de 2007.
O Secretário Geral Parlamentar, Breno Gandelman

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

atualizada em 30/09/2015 00:00:00.

Proc. nº 40 d-039/13
Alessandra
RF. 11.135

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : **legis**
Pesquisa : **15122 AND 2010**
Total de referências : **1**

1/1

Título: LEI Nº 15.122 22/01/2010 (ver documento)
Sem revogação expressa
Ementa: Dispõe sobre a realização do programa e campanha de atendimento e conscientização no Município sobre os males e efeitos da ebriorexia (alcoolrexia).
Projeto: Projeto de Lei Nº 696/2009 (ver documento)
Autor(es): Marta Costa

[Back]

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

Folha
Proc. Nº 01-039/13
fls. 42
Alessandra Lobel
RF. 11.136

LEI Nº 15.122, DE 22 DE JANEIRO DE 2010

(Projeto de Lei nº 696/09, da Vereadora Marta Costa - DEMOCRATAS)

Dispõe sobre a realização do programa e campanha de atendimento e conscientização no Município sobre os males e efeitos da ebriorexia (alcoolrexia).

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 14 de dezembro de 2009, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º A Secretaria Municipal da Saúde, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, promoverá campanha anual de conscientização e prevenção sobre a ebriorexia.

Art. 2º As secretarias citadas no art. 1º desta lei promoverão, junto às Escolas Municipais, AMAs e Centros de Saúde, a conscientização e prevenção sobre as consequências dessa patologia, bem como os meios necessários de prevenção e devida informação aos portadores desta.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 22 de janeiro de 2010, 456º da fundação de São Paulo.

GILBERTO KASSAB, PREFEITO

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 22 de janeiro de 2010.

CLOVIS DE BARROS CARVALHO, Secretário do Governo Municipal

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autualizado em 20/09/2015 00:00:00.

fls. 43
42
01-039/13
Proc. Nº
Assessoria
RF. 11.135

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : **legis**

Pesquisa : **15250 AND 2010**

Total de referências : **1**

1/1

Título: LEI Nº 15.250 26/07/2010 (ver documento)
Sem revogação expressa

Ementa: Dispõe sobre a reserva de ala específica para atendimento de dependentes químicos nos hospitais da Rede Municipal de Saúde, e dá outras providências.

Projeto: Projeto de Lei Nº 560/2002 (ver documento)

Autor(es): Celso Jatene

Regulamentação: Decreto nº 52.276/2011 - Regulamenta esta Lei. (ver documento)
PARA VERIFICAR SE HÁ ALTERAÇÕES PARA OS ATOS E DECRETOS DE REGULAMENTAÇÃO DESTA NORMA, FAÇA NOVA PESQUISA PELO NÚMERO DE CADA ATO OU DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO.

[Back]

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

48
01-039/15

PUBLICADO DOC 27/07/2010, p. 1, 3 c. 4, 1

LEI Nº 15.250, DE 26 DE JULHO DE 2010

(Projeto de Lei nº 560/02, do Vereador Celso Jatene – PTB)

Dispõe sobre a reserva de ala específica para atendimento de dependentes químicos nos hospitais da Rede Municipal de Saúde, e dá outras providências.

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 7 de julho de 2010, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Os hospitais da Rede Municipal de Saúde deverão reservar em suas dependências alas específicas destinadas ao atendimento de dependentes químicos.

Art. 2º O Poder Executivo determinará, na devida regulamentação, os critérios a serem adotados para cumprir as disposições da presente lei.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 26 de julho de 2010, 457º da fundação de São Paulo.

GILBERTO KASSAB, PREFEITO

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 26 de julho de 2010.

CLOVIS DE BARROS CARVALHO, Secretário do Governo Municipal

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

Proc. nº 01-039113/13
RF. 11.136

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : **legis**

Pesquisa : **123 AND 2011**

Total de referências : **1**

1/1

Título: LEI Nº 15.489 28/11/2011 (ver documento)
Sem revogação expressa

Ementa: Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia de Combate ao Crack, a ser celebrado anualmente no dia 15 de junho e dá outras providências.

Projeto: Projeto de Lei Nº 123/2011 (ver documento)

Autor(es): Noemi Nonato

Notas: - A ser comemorado, anualmente, no dia 15 de junho.

[Back]

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

95
01-039/13
fls. 46

PUBLICADO DOC 02/12/2011, p. 116 c. 3

LEI Nº 15.489 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011
(PROJETO DE LEI Nº 123/11)
(VEREADORA NOEMI NONATO - PSB)

Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia de Combate ao Crack, a se celebrar anualmente no dia 15 de junho e dá outras providências.

José Police Neto, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal de São Paulo, de acordo com o § 7º do artigo 42 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica acrescida alínea ao inciso CXIV do art. 7º da Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a seguinte redação:

"o Dia de Combate ao Crack, oportunidade em que serão realizadas palestras, seminários, cursos e outros eventos de divulgação, que tenham por objetivo esclarecer a população sobre as sequelas físicas e emocionais do consumo da droga, assim como a prevenção, tratamento e participação de familiares e amigos nos cuidados com os usuários em recuperação, bem como da importância da assistência e informação à família, em parceria com entidades públicas e privadas voltadas para o tema." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São Paulo, 29 de novembro de 2011.

JOSÉ POLICE NETO, Presidente

Publicada na Secretaria Geral Parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo, em 29 de novembro de 2011.

ADELA DUARTE ALVAREZ, Secretária Geral Parlamentar

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

atualizada em 30/08/2015 00:00:00.

fls. 47
46
Proc. nº 41-039113
RF. 11.136

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : **proleg**

Pesquisa : **209 AND 2009**

Total de referências : **1**

1/1

Projeto: PL 209/2009
Texto do projeto: ver documento (pl0209-2009)
Justificativa: ver documento (Jpl0209-2009)

[Back]

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

Folha 47
Proc. Nº 01-039/13 fls. 48
Alessandra Abeli
RF. 11.136

PROJETO DE LEI 01-0209/2009 da Vereadora Marta Costa (DEM)

"Dispõe sobre a criação da Semana de Prevenção do Uso e Abuso de Drogas nas Escolas do Município de São Paulo, e dá outras providências.

Art. 1º - A Secretaria Municipal de Educação em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de São Paulo, efetivarão, anualmente, a Semana de Prevenção do Uso e Abuso de Drogas no Município de São Paulo.

Art. 2º - Juntamente com as Secretarias citadas no caput do artigo primeiro, as Subprefeituras efetivarão a participação da sociedade civil.

Art. 3º - No decorrer da Semana de Prevenção do Uso e Abuso de Drogas serão discutidas políticas públicas relacionadas à prevenção, coibição, e recuperação de pessoas envolvidas com drogas.

Art. 4º - As Secretarias citadas no caput do artigo primeiro, para execução deste projeto, poderão firmar parcerias com pessoas jurídicas de direito privado para efetivação da Semana de Prevenção do Uso e Abuso de Drogas.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessário.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Às Comissões competentes."

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

atualizada em 30/09/2015 00:00:00.

fls. 49

48
01-039/13

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : **proleg**

Pesquisa : **531 AND 2009**

Total de referências : **1**

1/1

Projeto: PL 531/2009
Texto do projeto: ver documento (pl0531-2009)
Justificativa: ver documento (Jpl0531-2009)
Parecer(es): ver documento01 (Justs0964-2009)
ver documento02 (Adm1367-2009)
ver documento03 (Conj0001-2010)

[Back]

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

PROJETO DE LEI 01-0531/2009 do Vereador Antonio Carlos Rodrigues (PR)

"Estabelece diretrizes para a Política Municipal de Atendimento às Mulheres com Problemas de Vícios, especialmente alcoólatras e viciadas em drogas, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º O Poder Público, quando da formulação e realização da Política Municipal de Atendimento às Mulheres com Problemas de Vícios, especialmente aquelas alcoólatras e viciadas em drogas, se pautará pelas seguintes diretrizes, entre outras possíveis para a recuperação, a proteção, a promoção e a integração dessas mulheres:

I – criação de clínicas especializadas para recuperação de mulheres com problemas de vícios no âmbito da Rede Pública Municipal de Saúde;

II – combinação de tratamento ambulatorial e de acompanhamento com internação, sempre que se fizer necessário;

III – atendimento gratuito, ainda que prestado por entidades conveniadas, voltado prioritariamente para mulheres carentes, abandonadas ou em situação de risco;

IV – recenseamento das mulheres moradoras de rua com problemas de vícios, acompanhado de um programa de encaminhamento delas para as clínicas de recuperação de que trata a presente lei;

V – distribuição gratuita de medicamentos, desde que necessário e sob prescrição médica;

VI – atendimento e orientação dos familiares, inclusive com apoio médico e psicológico;

VII – disponibilização, por meio de uma central de informações, especialmente por via eletrônica ou telefônica, de orientação para atendimento e encaminhamento de mulheres com problemas de vício, sobretudo em álcool e em outras drogas;

VIII – realização de campanhas educativas orientadas para o público feminino sobre a prevenção de vícios, especialmente daqueles ligados ao consumo de álcool e de outras drogas.

Art. 2º Instituições da sociedade civil organizada e entidades públicas, das três esferas de governo, poderão contribuir com informações e recursos humanos e materiais para viabilizar a consecução desta lei, através da celebração de acordos, convênios e parcerias com o Poder Público Municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Às Comissões competentes."

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

atualizada em 30/09/2015 00:00:00.

fls. 51

50
d-039113

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : **proleg**

Pesquisa : **78 AND 2011**

Total de referências : **1**

1/1

Projeto: PL 78/2011
Texto do projeto: ver documento (pl0078-2011)
Justificativa: ver documento (Jpl0078-2011)
Parecer(es): ver documento01 (Just0921-2011)
ver documento02 (Conjpl0078-2011)

[Back]

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.
Folha 51
Proc. Nº 01-039/13 fls. 52
Assessoria Técnica
RF. 11.136

PUBLICADO DOC 06/04/2011, PÁG 94

PROJETO DE LEI 01-00078/2011 do Vereador Souza Santos (PSDB)
"Dispõe sobre "Parâmetros de atuação preventiva no combate aos entorpecentes no ambiente escolar", e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA:
Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de São Paulo o Programa de proteção às crianças e aos adolescentes da rede de escolas municipais, operando pelos seguintes parâmetros:
I - atuação preventiva nas escolas municipais, apoiado sempre que possível por pessoal treinado e especializado da Guarda Civil Metropolitano, disponibilizando informações e aconselhamentos aos alunos sobre os riscos e conseqüências do tráfico de entorpecentes, tendo como meta a diminuição do número de usuários e dependentes químicos no âmbito escolar;
II - ações permanentes, como cursos e orientações sobre o tema, voltadas de forma prioritária ao nível fundamental e tendo como público alvo os educadores, os funcionários, os alunos e seus familiares;
III - apoio as Diretorias das Escolas Municipais de Educação Fundamental na instituição e desenvolvimento das atividades preventivas e na avaliação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos;
IV - empenhar esforços para o encaminhamento dos casos mais graves detectados ao "Centro Social do Jovem" (CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial de São Paulo - ad jovem).
Art. 2º As Associações de Pais e Mestres das Escolas poderão contribuir para as ações de prevenção discutindo as estratégias propostas, sugerindo seu aperfeiçoamento e avaliando seus resultados.
Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões,
São Paulo, 02 de março de 2011. Às Comissões competentes."

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuação 30/08/2015 00:00:00.

Proc. nº 52 Q-039/13
RF. 11.130

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : **proleg**

Pesquisa : **5 AND 2013**

Total de referências : **1**

1/1

Projeto: PL 5/2013
Texto do projeto: ver documento (pl0005-2013)
Justificativa: ver documento (Jpl0005-2013)

[Back]

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

PUBLICADO DOC 06/02/2013, PÁG 76

PROJETO DE LEI 01-00005/2013 do Vereador Wadih Mutran (PP)
"Dispõe sobre a criação e inclusão do programa "PROJETO CIDADANIA APRENDER BRINCANDO", a ser implantado na rede ensino público no Município de São Paulo, e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, decreta:
Art. 1º - Torna obrigatória a inclusão nas comunidades mais carentes da rede de ensino público do Município de São Paulo, o programa "PROJETO CIDADANIA APRENDER BRINCANDO", que deverá levar aos alunos do ensino fundamental conhecimento e desenvolvimento de questões de temas sobre a valorização da vida, meio ambiente, drogas, violência, racismo, combate a dengue e também como se prevenir da gripe influenza A (H1N1).
Art. 2º - O referido programa educacional deverá ser levado para as crianças e adolescentes nas comunidades mais carentes, por intermédio de materiais didáticos, como jogos, revistas em quadrinhos, etc., levando conhecimento e esclarecendo duvidas aos pais e alunos da rede de ensino público do Município de São Paulo.
Art. 3º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias suplementadas se necessária.
Art. 4º - O Poder Executivo editará os Atos cabíveis com vista à regulamentação do disposto nesta lei.
Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, às Comissões competentes."

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

À Comissão de Justiça
Em 08/5/13
Solange Raimone dos Santos
Supervisora - SGP.22
RF. 10.807

RECEBIDO
Comissão de Constituição, Justiça
e Legislação Participativa
Em 08/03/2013 às _____
RF _____

Gabriel S. M. Ribeiro
Técnico Administrativo
RF. 11.317

Ao Nobre Vereador /A Nobre Vereadora
Para Relatar.
Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.
Em 08/05/2013

Presidente
Obs. O prazo para manifestação é de 8 dias, nos termos do § 3° do artigo 63 do R.I.

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DO PROCESSO LEGISLATIVO
EM 11/03/13 ÀS 17:20 h
POR José
SAÍDA: 22/3/13 ÀS: 14 h ASS.:

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DO PROCESSO LEGISLATIVO
EM 10/04/13 ÀS 18:50 h
POR José
SAÍDA: 11/04/13 ÀS: 16 h ASS.:

Segue m juntado 5 neste data documento(s)
e papel de informação rubricado 5 sob (39 a)
n° 54, 55

Em 18/4/13
FÁBIO DE CASTRO PAIVA
RF 11.120
Secretário

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

Folha nº 57 do
Processo nº 39/13
Fábio de Castro Paiva
Reg. 11.120

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

16 - PAR
16- 00415/2013

PI0039-13

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 0039/13.

Trata-se de projeto de lei de iniciativa do nobre Vereador Jean Madeira, que dispõe sobre a instituição da Semana de Prevenção do Crack e drogas afins.

Segundo a propositura, esse evento será comemorado anualmente no período de 25 de maio, sendo necessário, para tanto, acrescentar inciso ao artigo 7º da Lei nº 14.485 de 19 de julho de 2007.

O projeto pode prosperar, eis que de acordo com a Constituição Federal, podem legislar concorrentemente sobre educação e a proteção e a defesa da saúde a União, os Estados, Distrito Federal e também o Município, para suplementar a legislação federal e estadual, dentro dos limites do predominante interesse local (arts. 24, incisos IX e XII c/c art. 30, I e II, da Constituição Federal).

Vale citar, como o intuito de ilustrar este entendimento, as palavras do doutrinador Petrônio Braz *(in:* Direito Municipal na Constituição. Editora JH Mizuno. 06ª Edição, pág. 194.):

> *A competência dita supletiva é a que se estabelece por ampliação, permitindo a solução de possíveis conflitos, atribuindo-se ao Município capacidade para a elaboração de leis, em atendimento ao interesse local, versando sobre matéria não definida em sua competência privativa.*
> *A Constituição Federal facultou ao Município os mais amplos poderes para suplementar, nos assuntos de interesse local, as legislações federal e estadual.*
> *Essa legislação suplementar torna-se necessária especialmente nos assuntos relacionados na Constituição Federal .*

A proposta também encontra amparo no art. 200, "caput" c.c art. 201, da Lei Orgânica do Município que estabelece a observância aos princípios estabelecidos na Constituição da República, na Constituição Estadual e nesta Lei Orgânica, e inspirada nos sentimentos de igualdade, liberdade e solidariedade para que seja ministrada educação de forma universalizada pelo Município de São Paulo, garantida a gratuidade e padrão de qualidade de ensino.

O objetivo de incluir a "Semana de Prevenção ao Crack e drogas afins" é garantir o pleno desenvolvimento do educando (crianças e adolescentes) e prepará-lo para o exercício pleno da cidadania. É sabida a importância que a escola tem no processo de formação do indivíduo e que o tema drogas deve fazer parte do cotidiano da família e do Estado como forma de prevenir ao uso das drogas.

Por fim, o art. 213 , da Lei Orgânica, prevê a atribuição do Município de garantir o direito à saúde mediante políticas que visem ao bem estar físico, mental e social do indivíduo e da coletividade, a busca da eliminação do risco de doenças e outros agravos, abrangendo o ambiente natural, os locais públicos e de trabalho.

17 - RELCOM
17- 00418/2013

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

Folha nº 55 do
Processo nº 39/13
Fábio de Castro Paiva
Reg. 11.120

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

PI0039-13

Por se tratar de matéria sujeita ao quórum de maioria absoluta para deliberação, é necessária a votação em Plenário, na forma do art. 40, § 3º, inciso XII, do Regimento Interno desta Casa. Além disso, são necessárias duas audiências públicas nos termos do art. 41, inciso XI.

Ante o exposto, somos pela **LEGALIDADE**.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa,

ANTONIO GOULART

ABOU ANNI

EDUARDO TUMA

ALESSANDRO GUEDES

GEORGE HATO

ARSELINO TATTO

LAÉRCIO BENKO

CONTE LOPES

SANDRA TADEU

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
DE 18 / 4 / 13
Pág. Col.
Conferido

SEM EFEITO

FÁBIO DE CASTRO PAIVA
RF 11.120
Secretário

À SGP 21

São Paulo 18 / 4 / 13

FÁBIO DE CASTRO PAIVA
RF 11.120
Secretário

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
DE 19 / 04 / 13
Pág. 91 Col. 02
Conferido

André Marcon
Técnico Administrativo
RF 11.264

Segue juntado nesta data
Documento e papel de informação
Autuado sob folha nº 56
Em 24/04/2013

MÔNICA R. A. PAIVA
RF 10.799

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

LIDO HOJE
23 ABR. 2013
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

16 - PAR
16- 00496/2013

PARECER CONJUNTO N° DAS COMISSÕES REUNIDAS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 39/2013.

O Projeto de Lei, de autoria do nobre Vereador Jean Madeira, altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo a "Semana de Prevenção ao Crack e drogas afins".

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, em sua análise, emitiu parecer de legalidade.

No âmbito desta Comissão, a propositura é meritória e deve prosperar, pois trata de um assunto de significativo interesse social. É sabido os efeitos maléficos que o uso do crack causa ao organismo, bem como as consequências sociais acometidas por tal dependência química.
Segundo o autor, no Brasil o uso de crack ocorre oficialmente a partir de 1989 alastrando-se em pouco tempo nas mais variadas classes sociais, gêneros, idade e segmentos sociais. O autor também aponta que o uso de cocaína e crack se inicia por volta dos 14 anos. Assim, conclui que a presente proposta irá contemplar crianças e adolescentes.
O projeto de Lei visa a prevenção às drogas através da oferta de ações em conjunto com a comunidade. Instituindo, a ocorrência do evento na semana que antecede ao dia 26 de junho, data internacionalmente estabelecida pela ONU, como dia internacional de combate as drogas.
Em face do exposto, favorável o nosso parecer.

Quanto ao aspecto financeiro nada temos a opor, tendo em vista que a matéria não ofende os dispositivos da lei orçamentária, bem como está continente aos referendos legais de conduta fiscal.
Favorável, portanto, é o nosso parecer.

Sala das Comissões reunidas, 23/4/13

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

REIS

EDIR SALES

ORLANDO SILVA

FLORIANO PESARO

OTA

JEAN MADEIRA

TONINHO VESPOLI

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

ROBERTO TRIPOLI

ADILSON AMADEU

MILTON LEITE

AURÉLIO NOMURA

PAULO FIORILO

JAIR TATTO

RICARDO NUNES

MARTA COSTA

WADIH MUTRAN

Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão
24 ABR 2013
SGP-4

17 - RELCOM
17- 00500/2013

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

DE 01 / 5 / 13

Pág. 102 Col. 2 e 3

Conferido

FÁBIO DE CASTRO PAIVA
RF 11.120
Secretário

À SGP 21

São Paulo 02 / 5 / 13

FÁBIO DE CASTRO PAIVA
RF 11.120
Secretário

Segue(m) juntado(s), nesta data, documento(s) rubricado(s) sob nº(s) 57 a 58 e folha de informação sob nº 59. 23 / 07 / 13

Cesar Vema
Técnico Administrativo
R.F 11.366

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

- "PL 39/2013, do Vereador JEAN MADEIRA (PRB). Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana de Prevenção ao Crack e drogas afins. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª. APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA."

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do parecer.

- É lido o seguinte: (Parecer ao PL 39/2013).

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) – Em discussão. Não oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o PL 39/2013. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa). Aprovado.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

Segue – juntado –, neste data documento(s)
e papel de informação rubricado – sob folha(s)
nº 58 A 71 Em 21 / 10 / 14

André Marcon
RF. 11.264 - Técnico Administrativo

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

Esta folha indica em que estágio está a captura das imagens deste processo para o ECM.

Procedimentos para esta folha:

- não deve ser considera para efeitos de juntada;
- não deve receber qualquer tipo de despacho;
- deve ser deslocada para o final do processo somente após digitalização.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

Folha nº 58
Do processo n°01-0039/2013

Andre Marcon
RF 11.264 – SGP12

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: CALVO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 01 DE OUTUBRO DE 2014

OBSERVAÇÕES:
- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

Folha nº59
Do processo n° 01-39/2013

Andre Marcon
RF 11.264 – SGP12

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Boa tarde a todos os senhores e senhoras presentes. Antes de iniciarmos quero agradecer a compreensão dos minutos de atraso. Agradeço a presença do Vereador Natalini, do Dr. Euripedes, sempre presente, representando a Secretaria e a figura do Secretário de Governo.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 21ª audiência pública do ano de 2014, sobre os PLs 560/2010; 511/2012; 39/2013; 891/2013 e 843/2013.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo - www.camara.sp.gov.br, *link* Auditórios On-Line.

Vereador Nabil Bonduki, seja bem-vindo.

As pessoas que quiserem debater deverão inscrever-se com as secretárias da Comissão, Liliana e Vera. Estipulo, com base no Regimento, o tempo de três minutos para cada orador.

Questões incidentais serão resolvidas em conformidade com as normas do Regimento Interno.

Antes de passarmos ao primeiro item da pauta, quero dar uma pequena explicação a todos os senhores, senhoras e aos que estão nos acompanhando. Ontem, no plenário, desconvocamos a reunião ordinária para hoje já que havia apenas um projeto em pauta, nenhuma outra audiência pública para ser encaminhada e também por estarmos a poucos dias de um momento crucial para os desígnios do país, esse processo de consolidação democrática numa das disputas mais acirradas dos últimos tempos, em que vamos decidir o Presidente da República ou a Presidenta da República, o Governador ou a Governadora do Estado de São Paulo e queria ressaltar a presença do nosso companheiro e amigo, Gilberto Natalini, que apesar de ser candidato a Governador está aqui na audiência.

Temos muitos Vereadores participando desse pleito, que estão galgando representar o povo paulistano em outras esferas, tanto estadual quanto federal. Então seria injusto para nós manter a reunião ordinária e não ter quórum para abrir. Nisso haveria prejuízo para os que viessem aqui às 13h e também para os Vereadores que, pela sua agenda de hoje e outros compromissos não pudessem estar presentes.

Todavia quero ressaltar que tudo faz parte da luta pela consolidação da democracia brasileira, inclusive, estes Vereadores estarem neste momento participando de discussões políticas pelo Brasil afora.

Informo que houve uma diligência, uma vistoria em algumas áreas da região Norte, principalmente em áreas que são prejudicadas pela escassez de equipamentos e leitos, onde acompanho mais de perto. Estiveram presentes os representantes da Secretaria da Saúde e estamos em vias de áreas para a construção de UPA, e também um hospital na Casa Verde fechado há alguns anos deverá abrigar um hospital dia e uma hora certa. Parece que as coisas estão se encaminhando muito bem, Dr. Euripedes, e agradeço porque o senhor se empenhou muito para que essa reunião acontecesse.

E também o lançamento do edital da construção do Hospital Geral de Brasilândia, uma promessa de campanha do Prefeito Haddad e que hoje é realidade. Já temos o espaço, o terreno, o projeto e agora se Deus quiser, a partir do início deste próximo ano, já estará em vias de construção.

Convido para fazer parte da Mesa o Vereador Natalini.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Ninguém se opondo vamos começar então

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

pelo item quatro. PL 891/2013, de autoria dos Vereadores Nabil Bonduki e Toninho Vespoli, proíbe no Município de São Paulo o uso e comercialização de agrotóxicos que contenham os princípios ativos que especifica e dá outras providências.

Em discussão. Tem a palavra o Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI - Em primeiro lugar, cumprimento o nosso candidato ao Governo do Estado, Natalini, que ontem falou muito bem no debate e o Vereador Calvo, dois batalhadores da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – V.Exa. é bem-vindo. Fiquei muito orgulhoso por ver dois Vereadores ontem na Globo, no debate para Governador.

O SR. NABIL BONDUKI – E os dois contestando o nosso Governador por razões diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Se saíram muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Se saíram muito bem.

Esse projeto foi assinado conjuntamente por mim e pelo Vereador Toninho Vespoli. É um projeto muito importante porque toca num assunto que é fundamental para a questão da saúde dos paulistanos e dos brasileiros de maneira geral, porque avança no sentido de proibir o uso e comercialização de agrotóxicos.

Quero destacar que o projeto deve ser bastante debatido, alguns aspectos talvez requeiram ajustes, principalmente porque no Município de São Paulo temos o CEAGESP que comercializa produtos do Brasil inteiro. Como o projeto proíbe produtos que não são proibidos em âmbito nacional, e o CEAGESP tem uma situação estratégica na distribuição de alimentos no país inteiro, então acho que isso precisa ser muito bem avaliado porque também podemos gerar uma situação de inviabilidade dos produtos que estão sendo propostos porque há situações diferentes. Há produtos que já são banidos em âmbito nacional, outros estão em análise e há produtos que ainda não tem definição.

Então quero já deixar registrado, por um lado a importância de aprovarmos esse projeto, porém entendemos que serão necessários alguns ajustes para adaptá-lo à situação real do Município, deixando claro que o uso de agrotóxicos em São Paulo de fato deve ser banido e devemos ter uma grande ação na perspectiva de ampliar a produção agrícola, inclusive, o plano diretor redefiniu a zona rural, portanto, vamos ter uma proposta de um plano de desenvolvimento para a zona rural com estímulos à agricultura orgânica e por isso o banimento do agrotóxico é natural nessa área.

Agora, como é uma legislação municipal e também estamos tratando aqui de comercialização, precisamos ter um pouco mais de cuidado no que diz respeito aos produtos produzidos fora porque o Município não tem o poder de evitar que isso seja usado fora da Cidade se a Anvisa ainda não tiver banido esses produtos em outros locais.

Então esse é o cuidado que temos de ter. Também é importante ouvir o Executivo, principalmente a Secretaria das Subprefeituras, porque são utilizados alguns agrotóxicos nas áreas de gramas e manutenção de áreas verdes. Por isso temos de verificar qual o impacto que isso teria, embora seja a favor de que não se utilize mais, nenhum órgão municipal utilize agrotóxicos, mas é importante averiguar os impactos, inclusive, convidamos alguns representantes do Executivo para termos sua avaliação sobre o projeto.

Muito obrigado.

O SR. NATALINI – Sr. Presidente, quero fazer um comentário sobre o projeto. Acho que tem um mérito enorme porque de fato essa questão do agrotóxico é

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

muito grave e cada dia que passa vamos descobrindo maior quantidade de malefícios à saúde humana, ao meio ambiente, enfim, à própria agricultura, uma vez que os agrotóxicos eliminam as abelhas que polinizam 70% da comida que comemos. Os Estados Unidos compram abelhas da África e a cada dois anos têm de comprar de novo porque de dois em dois anos eles matam as abelhas que compraram. Vejam que drama, eles compram mais para polinizar e em dois anos o que eles jogam de veneno mata as abelhas. É um prejuízo para as abelhas e um prejuízo também para o País. É uma situação muito grave. Aqui não temos nem o levantamento disso porque o Brasil é muito mais "deixa que eu chuto". Então, nem o levantamento direito a gente tem.

Em que pese o mérito, tentamos várias vezes fazer projetos nesse sentido. Eu fiz um projeto que ainda está tramitando para banir os equipamentos de mercúrio no atendimento médico na Cidade por conta do que vai acontecer com o mercúrio do termômetro, do aparelho de pressão e etc. Tive informações de que não temos condição de legislar sobre direito comercial, sobre comércio e que se contraporia a legislação federal. Portanto, o Município não pode proibir na área de comercialização.

Eu sugiro a V.Exa. que possa estudar bem com a área jurídica para que possa ir ao Executivo e ser sancionado e não bater com nenhuma questão de legalidade para não perder a iniciativa do projeto.

De qualquer forma, a minha posição é concordante e favorável ao que vocês pretendem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Registro a presença do Vereador Ricardo Young.

Tem a palavra o nobre Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Vereador Natalini, essa é a nossa preocupação. Por isso que digo que temos três aspectos que podem ser tratados, o primeiro é a utilização na produção. Portanto, acho que isso é totalmente legal haver a proibição no Município. Em segundo lugar, a utilização desses produtos pelo Poder Municipal, que também considero perfeitamente possível a Prefeitura ser proibida de utilizar certos produtos. A terceira questão, que considero polêmica, é a comercialização.

É importante aprovar porque, de qualquer maneira – estou falando mesmo em relação à comercialização apesar dos aspectos de ilegalidade que talvez estejam envolvidos -, isso gera um debate. Sabendo que isso provavelmente seria vetado ou isso sendo retirado do projeto em uma última versão antes de ser aprovado.

A função do projeto de lei é, além de legislar, também levantar temas para agilizar o debate em nível nacional uma vez que vários desses produtos a ANVISA está fazendo audiência pública com indicação de banimento, embora não tenha a decisão. Por exemplo, o Acefato, que já é banido na Comunidade Europeia; o Forato que também é banido nos Estados Unidos e na Comunidade Europeia, a ANVISA já publicou a consulta pública com indicação de banimento; outros produtos já têm decisão da ANVISA e outros que não e não houve sequer consulta pública aberta.

O projeto também tem o objetivo de fazer com que este debate ocorra com mais celeridade e publicizar porque acho que muita gente sequer sabe que existe esse debate, essa consulta pública em nível nacional. Um projeto de lei, podendo mobilizar os cidadãos contrários aos agrotóxicos, também pode fazer com que se divulguem essas consultas públicas que estão acontecendo em nível nacional.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Young.

O SR. RICARDO YOUNG – Estou um pouco confuso porque não há dúvida

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

de que esse PL tem mérito. Nós já fizemos aqui, no ano passado, seminário exatamente sobre esse tema que é importantíssimo na questão da saúde e do meio ambiente, mas também fico surpreso em ver que nesta audiência pública temos uma participação relativamente reduzida de pessoas.

Um tema dessa gravidade, dessa importância e desse impacto, inclusive econômico, não pode ser tratado que não seja de forma ampla e com muito debate. Fico perguntando e pergunto mais especificamente ao Vereador Nabil se não seria o caso de convocarmos uma audiência pública com características até de seminário onde teríamos pessoas se posicionando sobre isso – especialistas da saúde, empresas envolvidas, os agricultores e a Prefeitura -, para que a gente possa adensar isso.

Tenho medo que haja uma aprovação e essa lei que tem grande mérito acabe sendo marginalizada no processo e acabe em um veto melancólico do Prefeito lá na frente.

Estou preocupado com a dimensão política que este PL deve ter e não me parece que está tendo.

O SR. NABIL BONDUKI – Eu concordo 100%. Na verdade a gente tem planejado, na verdade, todos os projetos de lei que temos feito a gente busca fazer essas audiências públicas que inclusive não ocorrem em horário de expediente. Acho que é o que devemos fazer.

Vim hoje aqui porque como estava prevista a audiência pública na Comissão, eu achei importante estar presente. Tenho certeza de que o assunto não deve se esgotar nesta audiência pública. Então, já deixo aqui a proposta junto com a Comissão – se ela tiver interesse e possibilidade de fazer em conjunto – poderemos fazer uma reunião específica, mais ampla, para poder debater esse projeto e ter mais repercussão. A intenção do projeto é justamente esta: gerar maior debate público a respeito do tema.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – De antemão, a sugestão do Vereador Ricardo e a benevolência de V.Exa. em acatá-la engrandece esta Casa. Registro a presença do Vereador Netinho de Paula e da Vereadora Patrícia Bezerra.

Para situar V.Exas., estamos debatendo o PL 891/13, dos Vereadores Nabil Bonduki e Toninho Vespoli, que proíbe o Município de São Paulo o uso e comercialização de agrotóxicos que contenham os princípios ativos que especifica e dá outras providências.

Uma das audiências públicas, das mais empolgantes que realizamos nesta Comissão, foi a do PL que proibia, na merenda escolar, alimentos cultivados com agrotóxicos. Tivemos alunos da área de Nutrição, Agrônomos, a sociedade civil e algumas organizações não governamentais se mobilizando e fizemos uma grande audiência pública. Naquele momento, tivemos o compromisso de, ainda neste ano, reprisarmos.

Então, se V.Exas. concordarem, o Regimento da Comissão permite que, com tempo mínimo de 40 dias, podemos informar a respeito da audiência pública, colocando toda a estrutura que a Comissão de Saúde pode dar.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Ricardo Young.

O SR. RICARDO YOUNG – Sr. Presidente, acho perfeito e agradeço a sensibilidade em fazer essa convocação, mas gostaria de reiterar a sugestão do Vereador Nabil para que seja feita à noite, para garantir o acesso de todas as pessoas nesta audiência.

Obrigado.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

O SR. NABIL BONDUKI – Ressalto que chegamos a chamar algumas pessoas, inclusive que coordenam a campanha, mas infelizmente não vieram.

Então, está totalmente acatada a sugestão de V.Exa. para fazermos uma audiência pública com ampla divulgação.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Então, já vamos preparar o requerimento para a próxima reunião ordinária, para que seja aprovado. Daremos o tempo hábil, que o Regimento permite. Pediremos à TV Câmara São Paulo que dê publicidade e vamos produzir em local e horário a serem definidos na próxima reunião ordinária.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Ricardo Young.

O SR. RICARDO YOUNG – Sr. Presidente, me parece, e acho que o Vereador Nabil precisaria nos esclarecer sobre isso, que se, realmente, houver um conflito entre a proibição e a comercialização, isso poderá causar uma situação de concorrência desleal para os produtores no Município de São Paulo. Isso porque eles não poderão usar defensivos agrícolas e outros municípios poderão usar. Todo o interesse e estímulo de criar mais agricultura orgânica e familiar no Município pode ser prejudicado.

Então, acho que esse aspecto precisa ser bem definido e tecnicamente discutido, porque não adianta acharmos que avançaremos na proibição se a comercialização eventualmente tiver essa desvantagem.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Entendi. Então, V.Exa. dará tempo hábil ao autor o do projeto. Se V.Exa. quiser aguardar os 40 dias, poderemos nos mobilizar em uma força-tarefa para discutirmos melhor, porque é saudável trazermos esta discussão para dentro da Câmara Municipal de São Paulo.

Nobre Vereadora Patrícia Bezerra quer fazer algum comentário? (Pausa) Nobre Vereador Netinho de Paula? (Pausa)

Há algum inscrito para debater sobre esse PL? (Pausa)

Então, não temos mais nada a tratar a respeito do PL 891/13. Realizada a primeira audiência pública.

Teremos o lançamento do livro, amanhã, dia 2 de outubro, na FAU, na Rua Maranhão, será das 17 às 18h30, vai ter um debate e, logo em seguida, a sessão de autógrafos. "Os Pioneiros da Habitação Social" é um livro de autoria do Vereador Nabil Bonduki com Ana Paula Koury. Parabéns. Dizem que devemos cuidar das crianças, plantar uma árvore e escrever um livro. Então, V.Exa. já está completo nesta vida. Que Deus o abençoe.

O próximo item da pauta é o Projeto de Lei 560/2010, de autoria do nobre Vereador Wadih Mutran, do PP. Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de revestimento descartável por sistema automático de assento de vaso sanitário aos estabelecimentos de qualquer natureza, principalmente nos banheiros denominados de uso público em locais tais como shopping centers, cinemas, teatros, restaurantes, bares, lanchonetes e similares. Também centros comerciais, centros de convenções, academias esportivas, estádios, hotéis, motéis, flats e similares. Casas noturnas, clubes, estabelecimentos de ensino, hospitais, clínicas, consultórios, farmácias, laboratórios e outros e dá outras providências.

Há algum orador inscrito? (Pausa) Se não houver defesa do projeto, não estará concluída a audiência pública.

A Vereadora Patrícia Bezerra fará a leitura da Justificativa.

A SRA. PATRÍCIA BEZERRA – Também considero interessante fazer a leitura da Justificativa para entendermos melhor do que o projeto.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

"Justificativa. O presente Projeto de Lei visa prevenir aos usuários de banheiros denominados de uso público das diversas doenças, tais como: bacterioses, micoses, vírus (HPV – 'Human Papilloma Viruses'), escabiose (sarna), tricomaníase, candidíase, piodermite e outras, que podem ser transmitidas pelo contato da pele do usuário com o assento de vaso sanitário.

Em atenção especial às mulheres dando-lhes maior segurança ao utilizarem o referido assento do vaso sanitário em banheiros denominados de uso público.

Faz-se necessária a medida tomada, em que tem a finalidade de evitar a transmissão de inúmeras doenças aos usuários através do assento do vaso sanitário.

Por se tratar de sistema automático de assento de vaso sanitário, não haverá qualquer manipulação do usuário ao fazer a retirada de tal revestimento descartável de papel e/ou plástico no assento do vaso sanitário, evitando assim exposição ao risco de contaminação de doença ao mesmo.

A presente proposição pretende, além de conscientizar os usuários do risco de contaminação de várias doenças, que poderão ser transmitidas através do contato da pele dos usuários pelos assentos dos vasos sanitários, ainda se faz necessário coibir esta prática que é potencialmente prejudicial à saúde pública.

Diante do exposto, contamos com o apoio de nossos nobres Pares para a aprovação de essencial propositura. Wadih Mutran – Corregedor".

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Ok. Em discussão. Não há oradores inscritos. Parecer favorável, portanto, pelo mérito do projeto, que é para evitar contaminações em vasos sanitários públicos.

Então, está realizada a primeira audiência pública do Projeto de Lei 560/2010, de autoria do Vereador Wadih Mutran.

Próximo item da pauta: Projeto de Lei 511/2012, de autoria do Vereador Dalton Silvano, do PV.

Torna obrigatória a realização do "teste da linguinha" dos recém-nascidos e bebês no Município de São Paulo e dá outras providências.

Parecer favorável. Alguém gostaria de fazer a defesa desse projeto?

O nobre Vereador Ricardo Young fará a leitura da Justificativa.

O SR. RICARDO YOUNG – "Destacando o posicionamento da Doutora Maria Teresa Rosangela Lofredo - Bonatto: Os fonoaudiólogos, especialistas em Motricidade Oro facial, avaliam e tratam os pacientes com dificuldades de comunicação, com imprecisão de articulação nos sons da fala (/r, / lh /,/ s /,/ z /), dificuldades para abrir a boca no ato de fala, comprometendo também a voz e dificultando a compreensão do que é dito.

Além disso, pacientes com movimentos de língua ineficazes, ocasionando dificuldades para a alimentação, mastigação, sucção, deglutição de forma geral também na dentição.

Esses problemas estão geralmente associados a alterações do frênulo lingual, também conhecido como freio da língua, ou pelo menos agravados pelos mesmos.

Na criança recém-nascida observamos a dificuldade para sugar e engolir. Muitas vezes ouvimos a mãe dizer que tem pouco leite ou ele é fraco e não satisfaz a criança, que está sempre chorando de fome fica cansada quando tenta mamar e não consegue ganhar peso. Para sanar a dificuldade de alimentação introduzem precocemente a mamadeira.

Antigamente a verificação do frênulo da língua era realizada apenas por uma rápida inspeção visual para se detectar se a língua estava presa ou não. No início do século

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

passado, era rotina que as parteiras realizassem um pique nas crianças que apresentassem a língua presa. Posteriormente, essa prática foi abandonada, uma vez que com a introdução precoce da mamadeira a dificuldade deixou de avaliada.

Na década de 1990 com as campanhas de incentivo ao aleitamento materno esta alteração do frênulo lingual (língua presa) voltou a ser discutida.

Alguns profissionais, no entanto, negam a existência da língua presa e não reconhecem as dificuldades que acarretam na fala, alimentação, amamentação, movimentação da língua e alterações da mastigação e deglutição e o desconforto da mãe. Muitos deles afirmam que as dificuldades vão se corrigir com o crescimento da criança.

Não é o que temos observado há 35 anos na clínica fonoaudiológica, em pacientes de Idades variadas, e com alterações significativas na comunicação.

Esta alteração do frênulo lingual (língua presa) pode, no entanto, ser avaliada e diagnosticada, logo ao nascimento por meio de um teste bastante simples e que não causa desconforto ao bebe. É o teste da linguinha, técnica pioneira desenvolvida no Brasil, para diagnosticar a língua presa em bebês e que vem agregar testes importantes como o Apgar, o do olhinho, o do pezinho e da orelhinha.

A Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa), a Associação Brasileira de Motricidade Orofacial (ABRAMO), o Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa) tem apoiado a aprovação deste teste."

Curiosamente, Sr. Presidente, eu me tornei avô neste ano e meu neto nasceu com esse problema. Ele nasceu com esse problema e não foi diagnosticado no nascimento e ele não ganhava peso e tinha dificuldade enorme de amamentação. Depois do primeiro mês, ele estava abaixo da curva de ganho de peso e chorava desesperadamente. Minha filha já estava em situação que V.Exa. conhece, principalmente as mães de primeiro filho porque achava que não tinha o leite suficiente. Exatamente o que foi descrito pela fonoaudióloga.

Até que o diagnostico foi feito e ele teve de usar uma mamadeira especial para poder criar a possibilidade de a língua voltar a ter sucção. Então, reconheço claramente o problema descrito porque vivi através da minha filha e o desespero dela até o diagnóstico foi enorme. É verdade que as mães não sabendo desse problema começam a achar que é um problema da amamentação quando não é.

Então, acredito que a iniciativa deste PL é totalmente oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Obrigado.

Há mais algum inscrito? Não há oradores inscritos. A defesa do mérito deste projeto já foi feita brilhantemente. Este projeto deverá então prosperar já que decretamos realizada a 1ª audiência pública do PL 511/12, de autoria do Vereador Dalton Silvano, que torna obrigatório à realização do teste da linguinha dos recém-nascidos e bebês no Município de São Paulo e dá outras providências.

Está encerrada a audiência pública desse PL.

O próximo projeto é o PL 39/2013, de autoria do Vereador Jean Madeira, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana de Prevenção ao Crack e drogas afins.

Lembro que, amanhã, o Pequeno e o Grande Expediente foram destinados para um debate importante sobre drogadição na cidade de São Paulo. Há algum inscrito? Tem a palavra o nobre Vereador Netinho de Paula.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

O SR. NETINHO DE PAULA - Infelizmente a droga é algo que já existe há muito tempo. Neste sentido, o consumo de substâncias que alteram o estado de consciência é fenômeno cultural, que ocorre em diversos contextos social, econômico, ritual, religioso, estético, psicológico, cultural. Não há sociedade livre de drogas. O que há são diferentes finalidades quanto ao uso.

No Brasil, o uso de crack ocorre oficialmente a partir de 1989 alastrando-se em pouco tempo nas mais variadas classes sociais, gêneros, idade e segmentos sociais.

São vários os tipos de danos causados pelo uso de crack. Além dos problemas respiratórios pela inspiração de partículas sólidas, sua ação estimulante leva à perda de apetite, falta de sono e agitação motora e, a dificuldade de ingestão de alimentos pode levar à desnutrição, desidratação e gastrite. Podem ser ainda observados sintomas físicos como rachadura nos lábios pela falta de ingestão de água e de salivação, cortes e queimaduras nos dedos das mãos e às vezes no nariz, provocados pelo ato de quebrar e acender a pedra, além de ficar o usuário mais exposto ao risco social e de doenças.

Embora acometidos por todos esses sintomas a maior parte dos óbitos de usuários de Craque é provocado pela violência e pelo HIV. Estudos apontam que o primeiro contato com as drogas acontece antes dos 16 anos de idade, o que confere grande risco de saúde do adolescente. O primeiro uso de tabaco e álcool, acontece entre 12 e 13 anos de idade e para a cocaína e craque, a idade média é de 14 anos. Logo essa lei se propõe a chegar antes do primeiro contato do adolescente coma droga. Por isso, pais, professores devem estar atentos a respeito de esclarecer sobre o perigo das drogas. Ensinar valores humanos e valorização da saúde e da vida. A primeira deve dialogar, conhecer as amizades, esclarecer sobre o perigo das drogas ensinar valores humanos e valorização da saúde e da vida. A segunda pode promover palestres depoimentos, visitas de policiais, médicos, entre outros profissionais que estão diretamente envolvidos no processo de prevenção da drogas e nos tratamentos,. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Não há mais oradores inscritos. E meritória a realização dessa primeira audiência pública para que esse projeto possa prosperar, e chegar ao plenário para análise e votação.

Item seguinte: segunda audiência pública do PL 843/13, vereador Aurélio Nomura.

Passo a palavra, a Sra. Renata Soares, assessora do nobre Vereador Aurélio Nomura, que irá fazer aqui a defesa do projeto.

A SRA. RENATA SOARES – Boa tarde a todos. Esse projeto que trata do direito aleitamento materno. Desde de 1990, a organização mundial da saúde, e a UNICEF tem empreendidos esforços para que o aleitamento materno se torne uma prática universal. A Constituição também garante o aleitamento materno e no Brasil, desde 1980, tem incluído na sua agenda de prioridades para a saúde, a promoção e apoio ao aleitamento materno. Ano passado tivemos diversos casos de mulheres que foram constrangidas por estarem amamentando seus filhos em equipamentos culturais, em estabelecimentos comerciais. Inclusive o blog Maternar do jornal "Folha de São Paulo",enalteceu a propositura como sendo instrumento para amparar esse direito. Foi feita uma pesquisa na Internet, em que as mulheres sentem constrangidas quando amamentam em lugares públicos. É justamente, para que isso não aconteça mais, o

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

propósito desse projeto. Acredito que deva ser encarado com muita maturidade, o Brasil já tem uma prática de aleitamento materno há muito tempo e as mulheres não podem se constrangidas nesse direito. Muito obrigada!

A SRA. PATRICIA BEZERRA – Sr. Presidente, é extremamente meritório, o projeto do meu colega Aurélio Nomura, a gostaria de lembrar também, se fosse possível requerer de outros órgãos inclusive ligados a Estado, porque tem uma coisa que me preocupa muito é a questão do afastamento da detenta do bebê na idade de aleitamento. Além de ser uma coisa injusta e penosa, prejudica o desenvolvimento cognitivo desse bebê e afetivo também. quase estabelecendo uma sentença para que essa criança, no sentido do vinculo afetivo, de que ela possa se tonar também, uma pessoa, ou com problemas de comportamento, enfim, por conta dessa quebra desse vinculo,. Acredito ser uma questão pertinente a ser levantada aqui na comissão.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – É pertinente, bem lembrado, ainda mais V.Exa. fala com propriedade, excelente estudiosa da mente humana.

Podemos fazer algo quanto a um requerimento dessa comissão para outras esferas? Tá bom. Vamos fazer então. Fica decidido aqui.

Não temos mais nada a tratar com relação a esses projetos que já foram analisados, Declaro realizada a segunda audiência pública do PL 843/13, de autoria do nobre Vereador Aurélio Nomura, que dispõe sobre o direito a aleitamento materno e da outras providências, como também bem lembrado aqui pela nobre Vereadora Patrícia Bezerra, a situação das mães que estão em reclusão que estão amamentando seus filhos.

Com a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Presidente da União Geral dos Trabalhadores e Empreendedores, cumprimento a todos os presentes reunidos aqui para debater o presente e o futuro das políticas públicas de saúde da Cidade de São Paulo. Apoio o nobre Vereador Ricardo Young, em realizar uma audiência pública aqui, para trazer vários detalhes técnicos nesse País, sobre esse projeto 891. O países de primeiro mundo está banindo os uso dos agrotóxicos, já o Presidente Lula, no inicio de seu governo, isentou no País, todas empresas e indústrias de agrotóxicos no País. Esse debate será de grande relevância.

Nós também apoiamos os demais projetos, como o Teste da Linguinha, que também é de grande relevância para a cidade de São Paulo e o de prevenção e combate às drogas.

Vou me ater aqui, quando foi implantado o Projeto Mais Médicos, no País, eu estava em Brasília, teve uma audiência pública, eu bati contra o projeto implantado pela Presidente Dilma Rousseff, debati a corrupção desse projeto e o trabalho escravo que está sendo implantado nacionalmente nesse Projeto Mais Médicos que nós defendemos.

Foi a discrepância dos salários para os médicos cubanos. Desde a sua implantação, mais de 85 médicos cubanos desistiram e três se mataram. Por quê? (Ininteligível) lançou o projeto, junto com Ministro Padilha, 90% do recurso ia para o governo de Cuba, gerando um grande trabalho escravo nesse projeto e a corrupção que está sendo desenvolvida.

Defendemos o Projeto Mais Médicos, mas salários iguais para os médicos de todas as nações que estão empregados. Somos contra o trabalho escravo dos médicos cubanos que trabalham nesse projeto.

A outra é a situação da saúde pública na cidade de São Paulo. Hoje o

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

Prefeito Haddad trabalha com orçamento da verba pública, mas nas unidades o usuário não encontra médico, se for para marcar consulta demora de seis meses a um ano, mesmo esquema que estava acontecendo nas administrações anteriores.

Penso que esta Comissão tem que acionar para melhorar o atendimento e o serviço na cidade de São Paulo.

Outras ações, para encerrar, nas audiências públicas do Plano de Metas nós apresentamos um projeto para a construção de um hospital no Centro da Cidade, pelo menos, com 1.200 leitos no mínimo. Temos 450 mil moradores e durante o dia circulam mais de três milhões de pessoas. Defendemos também nessas ações, vamos defender o Prefeito, foi o hospital de Brasilânda que apresentamos o projeto no Plano de Metas, no Governo do Haddad. Parabenizo a ação do Prefeito.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Próximo orador, Sr. Cristiano Mendes, engenheiro agrônomo, da Secretaria de Abastecimento, que veio aqui dar sua contribuição ao Projeto de Lei nº 891/2013, que tratou dos agrotóxicos.

Quero dizer que a nossa assessoria levantou a data de 4 de novembro, das 19 às 22h, aqui no Salão Nobre, neste mesmo local, onde será realizada uma audiência pública sobre agrotóxicos na nossa alimentação e os projetos de lei pertinentes, que estão tramitando nesta Comissão.

O SR. CRISTIANO MENDES – Boa tarde a todos, Srs. Vereadores, demais presentes, primeiro quero manifestar a louvável iniciativa do PL na campanha dos agrotóxicos, para estarmos debatendo um assunto extremamente importante.

Gostaria de colocar alguns elementos que, a meu ver, nós precisaríamos ampliar no debate, para que uma iniciativa louvável e boa como esta não desencadeie alguns efeitos colaterais piores do que a realidade que temos hoje.

Trabalho com agricultores, desde 2009, na zona Sul. Prestamos assistência técnica, vimos tentando desenvolver um trabalho de inclusão desse agricultor nas políticas e nos programas da conversão da agricultura orgânica, num trabalho de inclusão de educação. Sabemos que eles têm muita dificuldade em aceitar novas propostas, mas aos poucos conseguimos grandes avanços, inclusive o reestabelecimento de uma zona rural que foi extremamente importante.

Quando vi a redação desse PL me preocupou alguns elementos, para os quais precisamos pensar melhor, para que no futuro não desencadeiem.

Primeiro, é manifestar a importância desse agricultor lá, enquanto agente de preservação ambiental na região, para que ele não vá embora abandonando a agricultura, que não ocorra a expansão urbana desenfreada, ilegalidades, invasões no meio urbano, que podem contaminar os nossos mananciais e depredar a nossa região.

Nós sabemos que o agricultor, com essas inovações, muitas vezes a maneira como nós colocamos - já ouvimos isso dentro da dificuldade de acessar os agricultores -, aquela questão: "Se vocês me proibirem isso vou embora, vou para Embu-Guaçu.". Na verdade, a gente quer incluir, esclarecer esse produtor e torná-lo um agente ambiental da agricultura orgânica, que seja mais um produtor. A primeira questão que eu digo é para termos esse cuidado, para que isso seja acompanhado com um processo de educação ambiental, para que esse agricultor não seja marginalizado.

Muitas vezes ele usa os produtos por desconhecimento, por não ver alternativa diferente, porque foram colocados pelas empresas multinacionais como um pacote e ele entende aquilo como única opção. Nós precisamos dar oportunidade para

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

que ele veja outras opções.

Outras questões que me preocupam um pouco no ambiente técnico, de algumas medidas assim, cito um exemplo da época que estudava Agronomia, na Universidade Federal do Paraná, nos anos 90: a fazenda experimental da Universidade fica à beira de uma represa, também tinha esse problema. Os experimentos usavam grandes pesticidas e houve uma proibição disso.

Ocorreu que o chefe da fazenda, o engenheiro agrônomo, na impossibilidade de usar o glifosato que foi proibido, que é um dessecante para matar o mato, ele orientou que fosse feito o dessecamento das ervas espontâneas com ureia. Usando ureia em grandes quantidades no solo ela faz o efeito do glifosato, e nós tivemos um problema muito maior, ou seja, a contaminação de nitratos e nitritos, pelo uso excessivo de ureia, atingindo as represas. A iniciativa era boa, mas faltou amarrarmos melhor todos os pontos para que esses efeitos não ocorressem.

Do mesmo modo, que penso que outras iniciativas da própria proibição dos transgênicos no Rio Grande do Sul, que era uma iniciativa que nós apoiamos, porém jogou muitas vezes os agricultores a traficarem sementes, contaminando os outros agricultores que não eram transgênicos. Daí tínhamos o problema de não se saber se aquela semente que se imaginava não fosse transgênica, ela já estava contaminada por outros agricultores. Enfim, é uma preocupação que eu externo para nós levantarmos o debate e como podemos colocar isso dentro do PL para não termos esses problemas que já tivemos em outras situações.

Fico feliz que vai ter mais uma audiência, pois vamos poder debater mais amplamente, nos unindo para montar um PL bem bacana, que inclua os agricultores, que consigamos fazer a eliminação desses agrotóxicos e pesticidas, mas de uma maneira sustentável, permanente, não jogando os agricultores na marginalidade, não havendo ilegalidade e que possamos fazer esse processo em São Paulo, na vanguarda do País, já banindo alguns elementos poluentes e que são altamente danosos para o meio ambiente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Muito bem, eu agradeço. É pertinente e bem-vinda a sua observação. Se o senhor puder mobilizar esses agricultores para que haja conscientização e para que esta audiência atinja o seu objetivo, no dia 4 de novembro, das 19 às 22h, à noite fica tudo mais fácil para as pessoas comparecerem. Será bem-vindo, inclusive ajude na divulgação.

O senhor tem razão, existe hoje, no Plano Diretor, Srs. Vereadores, que proibiu qualquer uso de ocupação na Serra da Cantareira, onde nada pode e tudo pode. A invasão da área é uma calamidade nesses últimos meses. Há um desmatamento. De repente, a ocupação ordenada é melhor, o Governo fiscalizando, por exemplo, com agropecuária.

Pegamos uma situação na Represa de Guarapiranga, na CPI, dos pátios alugados, depósitos de automóveis. Os carros são apreendidos, não são retirados, ficam lá deteriorando, vazando a bateria e o óleo, poluindo nossos mananciais, fazendo divisa junto com a represa. Esses são os mapeados, fora os clandestinos, ferro-velho, assim por diante. É mais uma questão de contaminação das áreas e devastação do meio ambiente.

A SRA. PATRÍCIA BEZERRA - Presidente, gostaria de, no último momento antes de encerrar a audiência, ressaltar que há na Casa um pedido de CPI, para investigar o funcionamento dos planos de saúde, na cidade de São Paulo.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

A cada dia que passa nós recebemos mais reclamações a respeito dos maus tratos e dos péssimos serviços dessas prestadoras. Quero ressaltar que, dentro dessa prestação de serviço ruim, há também um índice muito grande de violência obstétrica, que continua acontecendo e precisamos de alguma forma coibir e resolver.

Faz-se necessário, vou pedir ajuda aos meus pares da Comissão, que consigamos colocar a CPI para que seja votada no Plenário e aprovada, neste ano creio que não será mais possível, mas no início do ano que vem.

É imprescindível a averiguação e investigação a respeito dessas prestadoras de serviço, no que tange também à violência obstétrica e tudo o mais que vemos no péssimo serviço na Cidade, na não aceitação de uma parturiente ter o parto normal, mas sim forçá-la a fazer cesariana. Vemos isso com muita frequência.

Peço o apoio dos meus pares, nesta Comissão, para que essa CPI seja levada a cabo.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Tem a palavra, pela ordem, Vereador Netinho de Paula.

O SR. NETINHO DE PAULA – Só um aparte na fala da Vereadora, que é o seguinte: a senhora disse que foi solicitada uma CPI para isso?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NETINHO DE PAULA – Está na fila. Mas existe uma limitação regimental de CPIs e já estamos no teto. Neste ano, não pode mais.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - A não ser CPI de extrema urgência.

O SR. NETINHO DE PAULA – Pois é. Mas tem duas já?

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Não.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NETINHO DE PAULA – É com base no Regimento, Sr. Presidente, que eu acho que esse assunto, Vereadora Patrícia, é de extrema importância e nós deveríamos, em nome da nossa Comissão, pauta-lo como uma das emergências para entrar como CPI sim ainda neste ano.

Até porque, diga-se de passagem, acordos do que tem que se fazer, se não há acordo para votar projeto de Vereador não significa que no ano que vem não vamos ter acordo para nada, também. Nós poderíamos brigar por isso neste ano ainda para que fosse posto como pauta da Casa. Essa CPI se faz necessária sim.

A SRA. PATRÍCIA BEZERRA - Obrigada, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Nós podemos fazer um requerimento desta Comissão para o Colegiado de Líderes. Todos nós da Comissão de Saúde seremos signatários e V.Exa. já é presidente da subcomissão que está tratando desta matéria, por isso sabe melhor do que nós a urgência da matéria, porque está constatando.

A SRA. PATRÍCIA BEZERRA - Justamente pela dificuldade que se tem de chamar as pessoas para a subcomissão, já que ninguém nunca comparece porque ela não tem caráter de convocação, mas de convite, se faz necessária a CPI. Ninguém comparece, nem ANS, nem órgãos como o IDEC, portanto, tem que ser em caráter de convocação. Não tem jeito, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Poderemos colocar isso até como nossa justificativa da exigência, da recomendação, de mais rápido possível, ainda neste ano,

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

Folha nº71
Do processo n° 01-39/2013

Andre Marcon
RF 11.264 – SGP12

como bem falou o Vereador Netinho de Paula, que se votasse a CPI. Não adiantaria uma comissão de estudos, tem que ser CPI para ter o caráter de poder trazer os envolvidos para prestar esclarecimentos.

Nada mais tendo a tratar, agradeço a todos e desejo sucesso aos Vereadores candidatos e rogar a Deus que continue nos protegendo e iluminando.

Está encerrada a sessão.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

Segue___ Juntado___, nesta data documento(s)
e papel de interessado___ sob folha(s)
nº 72 e 96 28/11/11

101123 - Assistente Parlamentar

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

FL. Nº 72
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº 01-39/13
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

Vera Nice Rodrigues
Assistente Parlamentar
RF. 101.123

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: CALVO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 01 DE OUTUBRO DE 2014

OBSERVAÇÕES:
- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 15006 DATA: 01/10/2014 FL: 1 DE 25

FL. Nº 73
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº 01-39/13
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

Vera Nice Rodrigues
Assistente Parlamentar
RF. 101.123

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Boa tarde a todos os senhores e senhoras presentes. Antes de iniciarmos quero agradecer a compreensão dos minutos de atraso. Agradeço a presença do Vereador Natalini, do Dr. Euripedes, sempre presente, representando a Secretaria e a figura do Secretário de Governo.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 21ª audiência pública do ano de 2014, sobre os PLs 560/2010; 511/2012; 39/2013; 891/2013 e 843/2013.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo - www.camara.sp.gov.br, *link* Auditórios On-Line.

Vereador Nabil Bonduki, seja bem-vindo.

As pessoas que quiserem debater deverão inscrever-se com as secretárias da Comissão, Liliana e Vera. Estipulo, com base no Regimento, o tempo de três minutos para cada orador.

Questões incidentais serão resolvidas em conformidade com as normas do Regimento Interno.

Antes de passarmos ao primeiro item da pauta, quero dar uma pequena explicação a todos os senhores, senhoras e aos que estão nos acompanhando. Ontem, no plenário, desconvocamos a reunião ordinária para hoje já que havia apenas um projeto em pauta, nenhuma outra audiência pública para ser encaminhada e também por estarmos a poucos dias de um momento crucial para os desígnios do país, esse processo de consolidação democrática numa das disputas mais acirradas dos últimos tempos, em que vamos decidir o Presidente da República ou a Presidenta da República, o Governador ou a Governadora do Estado de São Paulo e queria ressaltar a presença do nosso companheiro e amigo, Gilberto Natalini, que apesar de ser candidato a Governador está aqui na audiência.

Temos muitos Vereadores participando desse pleito, que estão galgando representar o povo paulistano em outras esferas, tanto estadual quanto federal. Então seria injusto para nós manter a reunião ordinária e não ter quórum para abrir. Nisso haveria prejuízo para os que viessem aqui às 13h e também para os Vereadores que,

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

FL. Nº 74
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº 01-39/13
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF
Vera Nice Rodrigues
Assistente Parlamentar
RF. 101.

pela sua agenda de hoje e outros compromissos não pudessem estar presentes.

Todavia quero ressaltar que tudo faz parte da luta pela consolidação da democracia brasileira, inclusive, estes Vereadores estarem neste momento participando de discussões políticas pelo Brasil afora.

Informo que houve uma diligência, uma vistoria em algumas áreas da região Norte, principalmente em áreas que são prejudicadas pela escassez de equipamentos e leitos, onde acompanho mais de perto. Estiveram presentes os representantes da Secretaria da Saúde e estamos em vias de áreas para a construção de UPA, e também um hospital na Casa Verde fechado há alguns anos deverá abrigar um hospital dia e uma hora certa. Parece que as coisas estão se encaminhando muito bem, Dr. Euripedes, e agradeço porque o senhor se empenhou muito para que essa reunião acontecesse.

E também o lançamento do edital da construção do Hospital Geral de Brasilândia, uma promessa de campanha do Prefeito Haddad e que hoje é realidade. Já temos o espaço, o terreno, o projeto e agora se Deus quiser, a partir do início deste próximo ano, já estará em vias de construção.

Convido para fazer parte da Mesa o Vereador Natalini.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Ninguém se opondo vamos começar então pelo item quatro. PL 891/2013, de autoria dos Vereadores Nabil Bonduki e Toninho Vespoli, proíbe no Município de São Paulo o uso e comercialização de agrotóxicos que contenham os princípios ativos que especifica e dá outras providências.

Em discussão. Tem a palavra o Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI - Em primeiro lugar, cumprimento o nosso candidato ao Governo do Estado, Natalini, que ontem falou muito bem no debate e o Vereador Calvo, dois batalhadores da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – V.Exa. é bem-vindo. Fiquei muito orgulhoso por ver dois Vereadores ontem na Globo, no debate para Governador.

O SR. NABIL BONDUKI – E os dois contestando o nosso Governador por

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

razões diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Se saíram muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Se saíram muito bem.

Esse projeto foi assinado conjuntamente por mim e pelo Vereador Toninho Vespoli. É um projeto muito importante porque toca num assunto que é fundamental para a questão da saúde dos paulistanos e dos brasileiros de maneira geral, porque avança no sentido de proibir o uso e comercialização de agrotóxicos.

Quero destacar que o projeto deve ser bastante debatido, alguns aspectos talvez requeiram ajustes, principalmente porque no Município de São Paulo temos o CEAGESP que comercializa produtos do Brasil inteiro. Como o projeto proíbe produtos que não são proibidos em âmbito nacional, e o CEAGESP tem uma situação estratégica na distribuição de alimentos no país inteiro, então acho que isso precisa ser muito bem avaliado porque também podemos gerar uma situação de inviabilidade dos produtos que estão sendo propostos porque há situações diferentes. Há produtos que já são banidos em âmbito nacional, outros estão em análise e há produtos que ainda não tem definição.

Então quero já deixar registrado, por um lado a importância de aprovarmos esse projeto, porém entendemos que serão necessários alguns ajustes para adaptá-lo à situação real do Município, deixando claro que o uso de agrotóxicos em São Paulo de fato deve ser banido e devemos ter uma grande ação na perspectiva de ampliar a produção agrícola, inclusive, o plano diretor redefiniu a zona rural, portanto, vamos ter uma proposta de um plano de desenvolvimento para a zona rural com estímulos à agricultura orgânica e por isso o banimento do agrotóxico é natural nessa área.

Agora, como é uma legislação municipal e também estamos tratando aqui de comercialização, precisamos ter um pouco mais de cuidado no que diz respeito aos produtos produzidos fora porque o Município não tem o poder de evitar que isso seja usado fora da Cidade se a Anvisa ainda não tiver banido esses produtos em outros locais.

Então esse é o cuidado que temos de ter. Também é importante ouvir o

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

Executivo, principalmente a Secretaria das Subprefeituras, porque são utilizados alguns agrotóxicos nas áreas de gramas e manutenção de áreas verdes. Por isso temos de verificar qual o impacto que isso teria, embora seja a favor de que não se utilize mais, nenhum órgão municipal utilize agrotóxicos, mas é importante averiguar os impactos, inclusive, convidamos alguns representantes do Executivo para termos sua avaliação sobre o projeto.

Muito obrigado.

O SR. NATALINI – Sr. Presidente, quero fazer um comentário sobre o projeto. Acho que tem um mérito enorme porque de fato essa questão do agrotóxico é muito grave e cada dia que passa vamos descobrindo maior quantidade de malefícios à saúde humana, ao meio ambiente, enfim, à própria agricultura, uma vez que os agrotóxicos eliminam as abelhas que polinizam 70% da comida que comemos. Os Estados Unidos compram abelhas da África e a cada dois anos têm de comprar de novo porque de dois em dois anos eles matam as abelhas que compraram. Vejam que drama, eles compram mais para polinizar e em dois anos o que eles jogam de veneno mata as abelhas. É um prejuízo para as abelhas e um prejuízo também para o País. É uma situação muito grave. Aqui não temos nem o levantamento disso porque o Brasil é muito mais "deixa que eu chuto". Então, nem o levantamento direito a gente tem.

Em que pese o mérito, tentamos várias vezes fazer projetos nesse sentido. Eu fiz um projeto que ainda está tramitando para banir os equipamentos de mercúrio no atendimento médico na Cidade por conta do que vai acontecer com o mercúrio do termômetro, do aparelho de pressão e etc. Tive informações de que não temos condição de legislar sobre direito comercial, sobre comércio e que se contraporia a legislação federal. Portanto, o Município não pode proibir na área de comercialização.

Eu sugiro a V.Exa. que possa estudar bem com a área jurídica para que possa ir ao Executivo e ser sancionado e não bater com nenhuma questão de legalidade para não perder a iniciativa do projeto.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

De qualquer forma, a minha posição é concordante e favorável ao que vocês pretendem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Registro a presença do Vereador Ricardo Young.

Tem a palavra o nobre Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Vereador Natalini, essa é a nossa preocupação. Por isso que digo que temos três aspectos que podem ser tratados, o primeiro é a utilização na produção. Portanto, acho que isso é totalmente legal haver a proibição no Município. Em segundo lugar, a utilização desses produtos pelo Poder Municipal, que também considero perfeitamente possível a Prefeitura ser proibida de utilizar certos produtos. A terceira questão, que considero polêmica, é a comercialização.

É importante aprovar porque, de qualquer maneira – estou falando mesmo em relação à comercialização apesar dos aspectos de ilegalidade que talvez estejam envolvidos -, isso gera um debate. Sabendo que isso provavelmente seria vetado ou isso sendo retirado do projeto em uma última versão antes de ser aprovado.

A função do projeto de lei é, além de legislar, também levantar temas para agilizar o debate em nível nacional uma vez que vários desses produtos a ANVISA está fazendo audiência pública com indicação de banimento, embora não tenha a decisão. Por exemplo, o Acefato, que já é banido na Comunidade Europeia; o Forato que também é banido nos Estados Unidos e na Comunidade Europeia, a ANVISA já publicou a consulta pública com indicação de banimento; outros produtos já têm decisão da ANVISA e outros que não e não houve sequer consulta pública aberta.

O projeto também tem o objetivo de fazer com que este debate ocorra com mais celeridade e publicizar porque acho que muita gente sequer sabe que existe esse

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

debate, essa consulta pública em nível nacional. Um projeto de lei, podendo mobilizar os cidadãos contrários aos agrotóxicos, também pode fazer com que se divulguem essas consultas públicas que estão acontecendo em nível nacional.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Young.

O SR. RICARDO YOUNG – Estou um pouco confuso porque não há dúvida de que esse PL tem mérito. Nós já fizemos aqui, no ano passado, seminário exatamente sobre esse tema que é importantíssimo na questão da saúde e do meio ambiente, mas também fico surpreso em ver que nesta audiência pública temos uma participação relativamente reduzida de pessoas.

Um tema dessa gravidade, dessa importância e desse impacto, inclusive econômico, não pode ser tratado que não seja de forma ampla e com muito debate. Fico perguntando e pergunto mais especificamente ao Vereador Nabil se não seria o caso de convocarmos uma audiência pública com características até de seminário onde teríamos pessoas se posicionando sobre isso – especialistas da saúde, empresas envolvidas, os agricultores e a Prefeitura -, para que a gente possa adensar isso.

Tenho medo que haja uma aprovação e essa lei que tem grande mérito acabe sendo marginalizada no processo e acabe em um veto melancólico do Prefeito lá na frente.

Estou preocupado com a dimensão política que este PL deve ter e não me parece que está tendo.

O SR. NABIL BONDUKI – Eu concordo 100%. Na verdade a gente tem planejado, na verdade, todos os projetos de lei que temos feito a gente busca fazer essas audiências públicas que inclusive não ocorrem em horário de expediente. Acho

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

FL. Nº 79
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº 01-39713
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF
Vera Nice Rodrigues
Assistente Parlamentar
RF. 101.123

que é o que devemos fazer.

Vim hoje aqui porque como estava prevista a audiência pública na Comissão, eu achei importante estar presente. Tenho certeza de que o assunto não deve se esgotar nesta audiência pública. Então, já deixo aqui a proposta junto com a Comissão – se ela tiver interesse e possibilidade de fazer em conjunto – poderemos fazer uma reunião específica, mais ampla, para poder debater esse projeto e ter mais repercussão. A intenção do projeto é justamente esta: gerar maior debate público a respeito do tema.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – De antemão, a sugestão do Vereador Ricardo e a benevolência de V.Exa. em acatá-la engrandece esta Casa. Registro a presença do Vereador Netinho de Paula e da Vereadora Patrícia Bezerra.

Para situar V.Exas., estamos debatendo o PL 891/13, dos Vereadores Nabil Bonduki e Toninho Vespoli, que proíbe o Município de São Paulo o uso e comercialização de agrotóxicos que contenham os princípios ativos que especifica e dá outras providências.

Uma das audiências públicas, das mais empolgantes que realizamos nesta Comissão, foi a do PL que proibia, na merenda escolar, alimentos cultivados com agrotóxicos. Tivemos alunos da área de Nutrição, Agrônomos, a sociedade civil e algumas organizações não governamentais se mobilizando e fizemos uma grande audiência pública. Naquele momento, tivemos o compromisso de, ainda neste ano, reprisarmos.

Então, se V.Exas. concordarem, o Regimento da Comissão permite que, com tempo mínimo de 40 dias, podemos informar a respeito da audiência pública, colocando toda a estrutura que a Comissão de Saúde pode dar.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Ricardo Young.

O SR. RICARDO YOUNG – Sr. Presidente, acho perfeito e agradeço a

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

sensibilidade em fazer essa convocação, mas gostaria de reiterar a sugestão do Vereador Nabil para que seja feita à noite, para garantir o acesso de todas as pessoas nesta audiência.

Obrigado.

O SR. NABIL BONDUKI – Ressalto que chegamos a chamar algumas pessoas, inclusive que coordenam a campanha, mas infelizmente não vieram.

Então, está totalmente acatada a sugestão de V.Exa. para fazermos uma audiência pública com ampla divulgação.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Então, já vamos preparar o requerimento para a próxima reunião ordinária, para que seja aprovado. Daremos o tempo hábil, que o Regimento permite. Pediremos à TV Câmara São Paulo que dê publicidade e vamos produzir em local e horário a serem definidos na próxima reunião ordinária.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Ricardo Young.

O SR. RICARDO YOUNG – Sr. Presidente, me parece, e acho que o Vereador Nabil precisaria nos esclarecer sobre isso, que se, realmente, houver um conflito entre a proibição e a comercialização, isso poderá causar uma situação de concorrência desleal para os produtores no Município de São Paulo. Isso porque eles não poderão usar defensivos agrícolas e outros municípios poderão usar. Todo o interesse e estímulo de criar mais agricultura orgânica e familiar no Município pode ser prejudicado.

Então, acho que esse aspecto precisa ser bem definido e tecnicamente discutido, porque não adianta acharmos que avançaremos na proibição se a comercialização eventualmente tiver essa desvantagem.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Entendi. Então, V.Exa. dará tempo hábil ao autor o do projeto. Se V.Exa. quiser aguardar os 40 dias, poderemos nos mobilizar em uma força-tarefa para discutirmos melhor, porque é saudável trazermos esta discussão para dentro da Câmara Municipal de São Paulo.

Nobre Vereadora Patrícia Bezerra quer fazer algum comentário? (Pausa) Nobre Vereador Netinho de Paula? (Pausa)

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

FL. Nº 81
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº 01-39/13
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF
Vera Nice Rodrigues
Assistente Parlamentar
RF. 101.123

Há algum inscrito para debater sobre esse PL? (Pausa)

Então, não temos mais nada a tratar a respeito do PL 891/13. Realizada a primeira audiência pública.

Teremos o lançamento do livro, amanhã, dia 2 de outubro, na FAU, na Rua Maranhão, será das 17 às 18h30, vai ter um debate e, logo em seguida, a sessão de autógrafos. "Os Pioneiros da Habitação Social" é um livro de autoria do Vereador Nabil Bonduki com Ana Paula Koury. Parabéns. Dizem que devemos cuidar das crianças, plantar uma árvore e escrever um livro. Então, V.Exa. já está completo nesta vida. Que Deus o abençoe.

O próximo item da pauta é o Projeto de Lei 560/2010, de autoria do nobre Vereador Wadih Mutran, do PP. Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de revestimento descartável por sistema automático de assento de vaso sanitário aos estabelecimentos de qualquer natureza, principalmente nos banheiros denominados de uso público em locais tais como shopping centers, cinemas, teatros, restaurantes, bares, lanchonetes e similares. Também centros comerciais, centros de convenções, academias esportivas, estádios, hotéis, motéis, flats e similares. Casas noturnas, clubes, estabelecimentos de ensino, hospitais, clínicas, consultórios, farmácias, laboratórios e outros e dá outras providências.

Há algum orador inscrito? (Pausa) Se não houver defesa do projeto, não estará concluída a audiência pública.

A Vereadora Patrícia Bezerra fará a leitura da Justificativa.

A SRA. PATRÍCIA BEZERRA – Também considero interessante fazer a leitura da Justificativa para entendermos melhor do que o projeto.

"Justificativa. O presente Projeto de Lei visa prevenir aos usuários de banheiros denominados de uso público das diversas doenças, tais como: bacterioses, micoses, vírus (HPV – 'Human Papilloma Viruses'), escabiose (sarna), tricomaníase,

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

FL. Nº 82
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº 01-39/13
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF
Vera Nice Rodrigues
Assistente Parlamentar
RF. 101.123

candidíase, piodermite e outras, que podem ser transmitidas pelo contato da pele do usuário com o assento de vaso sanitário.

Em atenção especial às mulheres dando-lhes maior segurança ao utilizarem o referido assento do vaso sanitário em banheiros denominados de uso público.

Faz-se necessária a medida tomada, em que tem a finalidade de evitar a transmissão de inúmeras doenças aos usuários através do assento do vaso sanitário.

Por se tratar de sistema automático de assento de vaso sanitário, não haverá qualquer manipulação do usuário ao fazer a retirada de tal revestimento descartável de papel e/ou plástico no assento do vaso sanitário, evitando assim exposição ao risco de contaminação de doença ao mesmo.

A presente proposição pretende, além de conscientizar os usuários do risco de contaminação de várias doenças, que poderão ser transmitidas através do contato da pele dos usuários pelos assentos dos vasos sanitários, ainda se faz necessário coibir esta prática que é potencialmente prejudicial à saúde pública.

Diante do exposto, contamos com o apoio de nossos nobres Pares para a aprovação de essencial propositura. Wadih Mutran – Corregedor".

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Ok. Em discussão. Não há oradores inscritos. Parecer favorável, portanto, pelo mérito do projeto, que é para evitar contaminações em vasos sanitários públicos.

Então, está realizada a primeira audiência pública do Projeto de Lei 560/2010, de autoria do Vereador Wadih Mutran.

Próximo item da pauta: Projeto de Lei 511/2012, de autoria do Vereador Dalton Silvano, do PV.

Torna obrigatória a realização do "teste da linguinha" dos recém-nascidos e

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **15006** DATA: 01/**10/2014** FL: **11** DE 25

FL. Nº 83
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº 01-3913
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

Vera Nice Rodrigues
Assistente Parlamentar
RF. 101.123

bebês no Município de São Paulo e dá outras providências.

Parecer favorável. Alguém gostaria de fazer a defesa desse projeto?

O nobre Vereador Ricardo Young fará a leitura da Justificativa.

O SR. RICARDO YOUNG – "Destacando o posicionamento da Doutora Maria Teresa Rosangela Lofredo - Bonatto: Os fonoaudiólogos, especialistas em Motricidade Oro facial, avaliam e tratam os pacientes com dificuldades de comunicação, com imprecisão de articulação nos sons da fala (/r, / lh /,/ s /,/ z /), dificuldades para abrir a boca no ato de fala, comprometendo também a voz e dificultando a compreensão do que é dito.

Além disso, pacientes com movimentos de língua ineficazes, ocasionando dificuldades para a alimentação, mastigação, sucção, deglutição de forma geral também na dentição.

Esses problemas estão geralmente associados a alterações do frênulo lingual, também conhecido como freio da língua, ou pelo menos agravados pelos mesmos.

Na criança recém-nascida observamos a dificuldade para sugar e engolir. Muitas vezes ouvimos a mãe dizer que tem pouco leite ou ele é fraco e não satisfaz a criança, que está sempre chorando de fome fica cansada quando tenta mamar e não consegue ganhar peso. Para sanar a dificuldade de alimentação introduzem precocemente a mamadeira.

Antigamente a verificação do frênulo da língua era realizada apenas por uma rápida inspeção visual para se detectar se a língua estava presa ou não. No início do século passado, era rotina que as parteiras realizassem um pique nas crianças que apresentassem a língua presa. Posteriormente, essa prática foi abandonada, uma vez que com a introdução precoce da mamadeira a dificuldade deixou de avaliada.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

Vera Nice Rodrigues
Assistente Parlamentar
RF. 101.123

Na década de 1990 com as campanhas de incentivo ao aleitamento materno esta alteração do frênulo lingual (língua presa) voltou a ser discutida.

Alguns profissionais, no entanto, negam a existência da língua presa e não reconhecem as dificuldades que acarretam na fala, alimentação, amamentação, movimentação da língua e alterações da mastigação e deglutição e o desconforto da mãe. Muitos deles afirmam que as dificuldades vão se corrigir com o crescimento da criança.

Não é o que temos observado há 35 anos na clínica fonoaudiológica, em pacientes de Idades variadas, e com alterações significativas na comunicação.

Esta alteração do frênulo lingual (língua presa) pode, no entanto, ser avaliada e diagnosticada, logo ao nascimento por meio de um teste bastante simples e que não causa desconforto ao bebe. É o teste da linguinha, técnica pioneira desenvolvida no Brasil, para diagnosticar a língua presa em bebês e que vem agregar testes importantes como o Apgar, o do olhinho, o do pezinho e da orelhinha.

A Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa), a Associação Brasileira de Motricidade Orofacial (ABRAMO), o Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa) tem apoiado a aprovação deste teste."

Curiosamente, Sr. Presidente, eu me tornei avô neste ano e meu neto nasceu com esse problema. Ele nasceu com esse problema e não foi diagnosticado no nascimento e ele não ganhava peso e tinha dificuldade enorme de amamentação. Depois do primeiro mês, ele estava abaixo da curva de ganho de peso e chorava desesperadamente. Minha filha já estava em situação que V.Exa. conhece, principalmente as mães de primeiro filho

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

porque achava que não tinha o leite suficiente. Exatamente o que foi descrito pela fonoaudióloga.

Até que o diagnostico foi feito e ele teve de usar uma mamadeira especial para poder criar a possibilidade de a língua voltar a ter sucção. Então, reconheço claramente o problema descrito porque vivi através da minha filha e o desespero dela até o diagnóstico foi enorme. É verdade que as mães não sabendo desse problema começam a achar que é um problema da amamentação quando não é.

Então, acredito que a iniciativa deste PL é totalmente oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Obrigado.

Há mais algum inscrito? Não há oradores inscritos. A defesa do mérito deste projeto já foi feita brilhantemente. Este projeto deverá então prosperar já que decretamos realizada a 1ª audiência pública do PL 511/12, de autoria do Vereador Dalton Silvano, que torna obrigatório à realização do teste da linguinha dos recém-nascidos e bebês no Município de São Paulo e dá outras providências.

Está encerrada a audiência pública desse PL.

O próximo projeto é o PL 39/2013, de autoria do Vereador Jean Madeira, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana de Prevenção ao Crack e drogas afins.

Lembro que, amanhã, o Pequeno e o Grande Expediente foram destinados para um debate importante sobre drogadição na cidade de São Paulo. Há algum inscrito? Tem a palavra o nobre Vereador Netinho de Paula.

O SR. NETINHO DE PAULA - Infelizmente a droga é algo que já existe há muito tempo. Neste sentido, o consumo de substâncias que alteram o estado de

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

consciência é fenômeno cultural, que ocorre em diversos contextos social, econômico, ritual, religioso, estético, psicológico, cultural. Não há sociedade livre de drogas. O que há são diferentes finalidades quanto ao uso.

No Brasil, o uso de crack ocorre oficialmente a partir de 1989 alastrando-se em pouco tempo nas mais variadas classes sociais, gêneros, idade e segmentos sociais.

São vários os tipos de danos causados pelo uso de crack. Além dos problemas respiratórios pela inspiração de partículas sólidas, sua ação estimulante leva à perda de apetite, falta de sono e agitação motora e, a dificuldade de ingestão de alimentos pode levar à desnutrição, desidratação e gastrite. Podem ser ainda observados sintomas físicos como rachadura nos lábios pela falta de ingestão de água e de salivação, cortes e queimaduras nos dedos das mãos e às vezes no nariz, provocados pelo ato de quebrar e acender a pedra, além de ficar o usuário mais exposto ao risco social e de doenças.

Embora acometidos por todos esses sintomas a maior parte dos óbitos de usuários de Craque é provocado pela violência e pelo HIV. Estudos apontam que o primeiro contato com as drogas acontece antes dos 16 anos de idade, o que confere grande risco de saúde do adolescente. O primeiro uso de tabaco e álcool, acontece entre 12 e 13 anos de idade e para a cocaína e craque, a idade média é de 14 anos. Logo essa lei se propõe a chegar antes do primeiro contato do adolescente coma droga. Por isso, pais, professores devem estar atentos a respeito de esclarecer sobre o perigo das drogas. Ensinar valores humanos e valorização da saúde e da vida. A primeira deve dialogar, conhecer as amizades, esclarecer sobre o perigo das drogas

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

ensinar valores humanos e valorização da saúde e da vida. A segunda pode promover palestres depoimentos, visitas de policiais, médicos, entre outros profissionais que estão diretamente envolvidos no processo de prevenção da drogas e nos tratamentos,. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Não há mais oradores inscritos. E meritória a realização dessa primeira audiência pública para que esse projeto possa prosperar, e chegar ao plenário para análise e votação.

Item seguinte: segunda audiência pública do PL 843/13, vereador Aurélio Nomura.

Passo a palavra, a Sra. Renata Soares, assessora do nobre Vereador Aurélio Nomura, que irá fazer aqui a defesa do projeto.

A SRA. RENATA SOARES – Boa tarde a todos. Esse projeto que trata do direito aleitamento materno. Desde de 1990, a organização mundial da saúde, e a UNICEF tem empreendidos esforços para que o aleitamento materno se torne uma prática universal. A Constituição também garante o aleitamento materno e no Brasil, desde 1980, tem incluído na sua agenda de prioridades para a saúde, a promoção e apoio ao aleitamento materno. Ano passado tivemos diversos casos de mulheres que foram constrangidas por estarem amamentando seus filhos em equipamentos culturais, em estabelecimentos comerciais. Inclusive o blog Maternar do jornal "Folha de São Paulo",enalteceu a propositura como sendo instrumento para amparar esse direito. Foi feita uma pesquisa na Internet, em que as mulheres sentem constrangidas quando amamentam em lugares públicos. É justamente, para que isso não aconteça mais, o propósito desse projeto. Acredito que deva ser encarado com muita maturidade, o Brasil já tem uma prática de aleitamento materno há muito tempo e as mulheres não

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

podem se constrangidas nesse direito. Muito obrigada!

A SRA. PATRICIA BEZERRA – Sr. Presidente, é extremamente meritório, o projeto do meu colega Aurélio Nomura, a gostaria de lembrar também, se fosse possível requerer de outros órgãos inclusive ligados a Estado, porque tem uma coisa que me preocupa muito é a questão do afastamento da detenta do bebê na idade de aleitamento. Além de ser uma coisa injusta e penosa, prejudica o desenvolvimento cognitivo desse bebê e afetivo também. quase estabelecendo uma sentença para que essa criança, no sentido do vinculo afetivo, de que ela possa se tonar também, uma pessoa, ou com problemas de comportamento, enfim, por conta dessa quebra desse vinculo,. Acredito ser uma questão pertinente a ser levantada aqui na comissão.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – É pertinente, bem lembrado, ainda mais V.Exa. fala com propriedade, excelente estudiosa da mente humana.

Podemos fazer algo quanto a um requerimento dessa comissão para outras esferas? Tá bom. Vamos fazer então. Fica decidido aqui.

Não temos mais nada a tratar com relação a esses projetos que já foram analisados, Declaro realizada a segunda audiência pública do PL 843/13, de autoria do nobre Vereador Aurélio Nomura, que dispõe sobre o direito a aleitamento materno e da outras providências, como também bem lembrado aqui pela nobre Vereadora Patrícia Bezerra, a situação das mães que estão em reclusão que estão amamentando seus filhos.

Com a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Presidente da União Geral dos Trabalhadores e Empreendedores, cumprimento a todos os presentes reunidos aqui para debater o presente e o futuro das políticas públicas de saúde da Cidade de São Paulo. Apoio o

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

nobre Vereador Ricardo Young, em realizar uma audiência pública aqui, para trazer vários detalhes técnicos nesse País, sobre esse projeto 891. O países de primeiro mundo está banindo os uso dos agrotóxicos, já o Presidente Lula, no inicio de seu governo, isentou no País, todas empresas e indústrias de agrotóxicos no País. Esse debate será de grande relevância.

Nós também apoiamos os demais projetos, como o Teste da Linguinha, que também é de grande relevância para a cidade de São Paulo e o de prevenção e combate às drogas.

Vou me ater aqui, quando foi implantado o Projeto Mais Médicos, no País, eu estava em Brasília, teve uma audiência pública, eu bati contra o projeto implantado pela Presidente Dilma Rousseff, debati a corrupção desse projeto e o trabalho escravo que está sendo implantado nacionalmente nesse Projeto Mais Médicos que nós defendemos.

Foi a discrepância dos salários para os médicos cubanos. Desde a sua implantação, mais de 85 médicos cubanos desistiram e três se mataram. Por quê? (Ininteligível) lançou o projeto, junto com Ministro Padilha, 90% do recurso ia para o governo de Cuba, gerando um grande trabalho escravo nesse projeto e a corrupção que está sendo desenvolvida.

Defendemos o Projeto Mais Médicos, mas salários iguais para os médicos de todas as nações que estão empregados. Somos contra o trabalho escravo dos médicos cubanos que trabalham nesse projeto.

A outra é a situação da saúde pública na cidade de São Paulo. Hoje o Prefeito Haddad trabalha com orçamento da verba pública, mas nas unidades o usuário não encontra médico, se for para marcar consulta demora de seis meses a um ano,

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

mesmo esquema que estava acontecendo nas administrações anteriores.

Penso que esta Comissão tem que acionar para melhorar o atendimento e o serviço na cidade de São Paulo.

Outras ações, para encerrar, nas audiências públicas do Plano de Metas nós apresentamos um projeto para a construção de um hospital no Centro da Cidade, pelo menos, com 1.200 leitos no mínimo. Temos 450 mil moradores e durante o dia circulam mais de três milhões de pessoas. Defendemos também nessas ações, vamos defender o Prefeito, foi o hospital de Brasilânda que apresentamos o projeto no Plano de Metas, no Governo do Haddad. Parabenizo a ação do Prefeito.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Próximo orador, Sr. Cristiano Mendes, engenheiro agrônomo, da Secretaria de Abastecimento, que veio aqui dar sua contribuição ao Projeto de Lei nº 891/2013, que tratou dos agrotóxicos.

Quero dizer que a nossa assessoria levantou a data de 4 de novembro, das 19 às 22h, aqui no Salão Nobre, neste mesmo local, onde será realizada uma audiência pública sobre agrotóxicos na nossa alimentação e os projetos de lei pertinentes, que estão tramitando nesta Comissão.

O SR. CRISTIANO MENDES – Boa tarde a todos, Srs. Vereadores, demais presentes, primeiro quero manifestar a louvável iniciativa do PL na campanha dos agrotóxicos, para estarmos debatendo um assunto extremamente importante.

Gostaria de colocar alguns elementos que, a meu ver, nós precisaríamos ampliar no debate, para que uma iniciativa louvável e boa como esta não desencadeie alguns efeitos colaterais piores do que a realidade que temos hoje.

Trabalho com agricultores, desde 2009, na zona Sul. Prestamos assistência

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

técnica, vimos tentando desenvolver um trabalho de inclusão desse agricultor nas políticas e nos programas da conversão da agricultura orgânica, num trabalho de inclusão de educação. Sabemos que eles têm muita dificuldade em aceitar novas propostas, mas aos poucos conseguimos grandes avanços, inclusive o reestabelecimento de uma zona rural que foi extremamente importante.

Quando vi a redação desse PL me preocupou alguns elementos, para os quais precisamos pensar melhor, para que no futuro não desencadeiem.

Primeiro, é manifestar a importância desse agricultor lá, enquanto agente de preservação ambiental na região, para que ele não vá embora abandonando a agricultura, que não ocorra a expansão urbana desenfreada, ilegalidades, invasões no meio urbano, que podem contaminar os nossos mananciais e depredar a nossa região.

Nós sabemos que o agricultor, com essas inovações, muitas vezes a maneira como nós colocamos - já ouvimos isso dentro da dificuldade de acessar os agricultores -, aquela questão: "Se vocês me proibirem isso vou embora, vou para Embu-Guaçu.". Na verdade, a gente quer incluir, esclarecer esse produtor e torná-lo um agente ambiental da agricultura orgânica, que seja mais um produtor. A primeira questão que eu digo é para termos esse cuidado, para que isso seja acompanhado com um processo de educação ambiental, para que esse agricultor não seja marginalizado.

Muitas vezes ele usa os produtos por desconhecimento, por não ver alternativa diferente, porque foram colocados pelas empresas multinacionais como um pacote e ele entende aquilo como única opção. Nós precisamos dar oportunidade para que ele veja outras opções.

Outras questões que me preocupam um pouco no ambiente técnico, de

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

algumas medidas assim, cito um exemplo da época que estudava Agronomia, na Universidade Federal do Paraná, nos anos 90: a fazenda experimental da Universidade fica à beira de uma represa, também tinha esse problema. Os experimentos usavam grandes pesticidas e houve uma proibição disso.

Ocorreu que o chefe da fazenda, o engenheiro agrônomo, na impossibilidade de usar o glifosato que foi proibido, que é um dessecante para matar o mato, ele orientou que fosse feito o dessecamento das ervas espontâneas com ureia. Usando ureia em grandes quantidades no solo ela faz o efeito do glifosato, e nós tivemos um problema muito maior, ou seja, a contaminação de nitratos e nitritos, pelo uso excessivo de ureia, atingindo as represas. A iniciativa era boa, mas faltou amarrarmos melhor todos os pontos para que esses efeitos não ocorressem.

Do mesmo modo, que penso que outras iniciativas da própria proibição dos transgênicos no Rio Grande do Sul, que era uma iniciativa que nós apoiamos, porém jogou muitas vezes os agricultores a traficarem sementes, contaminando os outros agricultores que não eram transgênicos. Daí tínhamos o problema de não se saber se aquela semente que se imaginava não fosse transgênica, ela já estava contaminada por outros agricultores. Enfim, é uma preocupação que eu externo para nós levantarmos o debate e como podemos colocar isso dentro do PL para não termos esses problemas que já tivemos em outras situações.

Fico feliz que vai ter mais uma audiência, pois vamos poder debater mais amplamente, nos unindo para montar um PL bem bacana, que inclua os agricultores, que consigamos fazer a eliminação desses agrotóxicos e pesticidas, mas de uma maneira sustentável, permanente, não jogando os agricultores na marginalidade, não havendo ilegalidade e que possamos fazer esse processo em São Paulo, na vanguarda

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

FL. Nº 93
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº 01-39/13
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF
Vera Nice Rodrigues
Assistente Parlamentar
RF. 101.123

do País, já banindo alguns elementos poluentes e que são altamente danosos para o meio ambiente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Muito bem, eu agradeço. É pertinente e bem-vinda a sua observação. Se o senhor puder mobilizar esses agricultores para que haja conscientização e para que esta audiência atinja o seu objetivo, no dia 4 de novembro, das 19 às 22h, à noite fica tudo mais fácil para as pessoas comparecerem. Será bem-vindo, inclusive ajude na divulgação.

O senhor tem razão, existe hoje, no Plano Diretor, Srs. Vereadores, que proibiu qualquer uso de ocupação na Serra da Cantareira, onde nada pode e tudo pode. A invasão da área é uma calamidade nesses últimos meses. Há um desmatamento. De repente, a ocupação ordenada é melhor, o Governo fiscalizando, por exemplo, com agropecuária.

Pegamos uma situação na Represa de Guarapiranga, na CPI, dos pátios alugados, depósitos de automóveis. Os carros são apreendidos, não são retirados, ficam lá deteriorando, vazando a bateria e o óleo, poluindo nossos mananciais, fazendo divisa junto com a represa. Esses são os mapeados, fora os clandestinos, ferro-velho, assim por diante. É mais uma questão de contaminação das áreas e devastação do meio ambiente.

A SRA. PATRÍCIA BEZERRA - Presidente, gostaria de, no último momento antes de encerrar a audiência, ressaltar que há na Casa um pedido de CPI, para investigar o funcionamento dos planos de saúde, na cidade de São Paulo.

A cada dia que passa nós recebemos mais reclamações a respeito dos maus tratos e dos péssimos serviços dessas prestadoras. Quero ressaltar que, dentro

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

dessa prestação de serviço ruim, há também um índice muito grande de violência obstétrica, que continua acontecendo e precisamos de alguma forma coibir e resolver.

Faz-se necessário, vou pedir ajuda aos meus pares da Comissão, que consigamos colocar a CPI para que seja votada no Plenário e aprovada, neste ano creio que não será mais possível, mas no início do ano que vem.

É imprescindível a averiguação e investigação a respeito dessas prestadoras de serviço, no que tange também à violência obstétrica e tudo o mais que vemos no péssimo serviço na Cidade, na não aceitação de uma parturiente ter o parto normal, mas sim forçá-la a fazer cesariana. Vemos isso com muita frequência.

Peço o apoio dos meus pares, nesta Comissão, para que essa CPI seja levada a cabo.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Tem a palavra, pela ordem, Vereador Netinho de Paula.

O SR. NETINHO DE PAULA – Só um aparte na fala da Vereadora, que é o seguinte: a senhora disse que foi solicitada uma CPI para isso?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NETINHO DE PAULA – Está na fila. Mas existe uma limitação regimental de CPIs e já estamos no teto. Neste ano, não pode mais.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - A não ser CPI de extrema urgência.

O SR. NETINHO DE PAULA – Pois é. Mas tem duas já?

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Não.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

FL. Nº 95
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº 01-39/13
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF
Vera Nice Rodrigues
Assistente Parlamentar
RF. 101.123

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NETINHO DE PAULA – É com base no Regimento, Sr. Presidente, que eu acho que esse assunto, Vereadora Patrícia, é de extrema importância e nós deveríamos, em nome da nossa Comissão, pauta-lo como uma das emergências para entrar como CPI sim ainda neste ano.

Até porque, diga-se de passagem, acordos do que tem que se fazer, se não há acordo para votar projeto de Vereador não significa que no ano que vem não vamos ter acordo para nada, também. Nós poderíamos brigar por isso neste ano ainda para que fosse posto como pauta da Casa. Essa CPI se faz necessária sim.

A SRA. PATRÍCIA BEZERRA - Obrigada, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Nós podemos fazer um requerimento desta Comissão para o Colegiado de Líderes. Todos nós da Comissão de Saúde seremos signatários e V.Exa. já é presidente da subcomissão que está tratando desta matéria, por isso sabe melhor do que nós a urgência da matéria, porque está constatando.

A SRA. PATRÍCIA BEZERRA - Justamente pela dificuldade que se tem de chamar as pessoas para a subcomissão, já que ninguém nunca comparece porque ela não tem caráter de convocação, mas de convite, se faz necessária a CPI. Ninguém comparece, nem ANS, nem órgãos como o IDEC, portanto, tem que ser em caráter de convocação. Não tem jeito, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Poderemos colocar isso até como nossa justificativa da exigência, da recomendação, de mais rápido possível, ainda neste ano, como bem falou o Vereador Netinho de Paula, que se votasse a CPI. Não adiantaria uma comissão de estudos, tem que ser CPI para ter o caráter de poder trazer os

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

Vera Nice Rodrigues
Assistente Parlamentar
RF 101.123

envolvidos para prestar esclarecimentos.

Nada mais tendo a tratar, agradeço a todos e desejo sucesso aos Vereadores candidatos e rogar a Deus que continue nos protegendo e iluminando.

Está encerrada a sessão.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

Segue___ juntado___, nesta data documento(s)
e papel de informação ubicado___ sob folha(s)
nº 97 e 111 em 28 11 11
Vera Nice Rodrigues
RF. 101.12[illegible]

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

FL. Nº 97
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº 01-39/13
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF
Ana Nice Rodrigues
Assistente Parlamentar
RF 101.123

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: CALVO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 15/10/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 15046 DATA: 15/10/2014 FL: 1 DE 19

FL. Nº 98
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº 01-39/13
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

Vera Nice Rodrigues
Assistente Parlamentar
RF 101.123

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Vamos dar início à audiência pública. Na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher; declaro abertos os trabalhos da 22ª audiência pública do ano de 2014 sobre os PLs: 560/2010, 511/2012, 39/2013, 891/2013, 906/2013 e 33/2014.

Presentes os Vereadores Alfredinho, Ricardo Young, Natalini, Noemi Nonato e Patrícia Bezerra.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.camara.sp.gov.br, *link* Auditórios On-Line.

Suspenderemos esta audiência pública.

Srs. Vereadores, hoje, esta Comissão tem a grata satisfação de receber representantes de oito entidades que se reuniram com o Governo e tiraram um protocolo e um compromisso de ações quanto a cargos e carreiras de servidores. Também pelo que li, a reassunção do Hospital do Servidor Público Municipal pelos servidores e um plano de cargos e carreiras para os servidores do HSPM, que estavam muito defasados.

Assinaram esse documento a Coordenadora de Relações de Trabalho, da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão; o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo; o Sindicato dos Médicos de São Paulo; o Sindicato dos Psicólogos de São Paulo; a Associação Odontológica da Prefeitura de São Paulo; o Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo; o Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de São Paulo; o Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo e a Associação dos Auxiliares de Enfermagem da Prefeitura de São Paulo.

Estão presentes alguns representantes do Centro de Controle de Zoonoses.

Gostaria de público declinar que o Dr. Eurípedes influenciou positivamente minha carreira médica. Havia acabado de sair dos bancos escolares e trabalhava no hospital de Pirituba, o Hospital Municipal Pirituba Dr. José Soares Hungria, na equipe dele, na quarta-feira. Naquela época atendíamos 810, 890, 950, chegamos a mil casos em 24 horas. Tínhamos uma

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

FL. Nº 99
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº 01-39/13
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF
Vera Nice Rodrigues
Assistente Parlamentar
RF. 101.123

equipe de escol. Lembro-me com muito carinho do Dr. Boldine(?) e Dr. Pimenta, da cirurgia; Dr. Wilson Toscano, da clínica médica; Dr. Waltinho, que iniciou trabalho na Fórmula 1. Iniciei meu trabalho com eles.

Naquela ocasião, tive um contato da realidade. Porque um fato é o sonho do estudante, não é Vereador Natalini? E outro é a realidade do nosso trabalho, do nosso povo e, dentro de um hospital de urgência e emergência. Foi quando conheci um homem que se dedicou muito à justiça social, a melhores condições de trabalho e de carreiras; não apenas aos médicos, mas aos profissionais de Saúde.

Por esse motivo tenho muita honra em ter o Dr. Eurípedes como representante da Secretaria de Saúde. Que pudesse dar essa boa nova à Câmara Municipal, em homenagem à sua trajetória de vida, dentro da sua simplicidade, humildade e importância para todos nós.

Primeiro o Dr. Eurípedes vai falar. E se contempla a audiência pública que fizemos sobre os dentistas. Desde o auxiliar de enfermagem até toda equipe, que faz um hospital funcionar, está aqui presente. Logo em seguida, gostaria que uma representante de todas as entidades se manifestasse. Pediram que fosse a Sra. Lourdes, que tem um trabalho reconhecido no Sindsep. Acredito que somos todos companheiros.

É uma luta e uma conquista. Dr. Natalini, Dr. Ricardo Young, Dra. Patrícia Bezerra, todos da área da Saúde; Vereadora Noemi Nonato, que sempre elaborou projetos em relação à Saúde, principalmente de combate ao câncer da mulher. Vereador Alfredinho, que representa o Governo, é um Líder do Governo nato nesta Casa. Não é de fato, mas é de direito. Por isso estamos muito felizes. Sou médico de carreira e agradeço de vocês que foram à mesa de negociações, todas as categorias. Acho que é algo que pode não ser o ideal, mas já é uma grande coisa para nós, da Saúde. Já tenho 28 anos de carreira e sempre me senti injustiçado por tudo aquilo a que nós nos dedicamos, na profissão.

Dr. Eurípedes, peço a ele uma salva de palmas, um homem de luta. (Palmas)

E é com muito carinho que essa salva de palmas seja estendida para todos os

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

senhores e senhoras que compareceram a essa reunião.

Dr. Eurípedes, está aqui o documento. (Pausa)

Muito obrigado, tenha o senhor a palavra.

O SR. EURÍPEDES – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, assessoria, funcionários de nossa Secretaria.

Realmente, é com alegria que trazemos essa notícia à Comissão de Saúde, à Câmara dos Vereadores, sobre a assinatura que se deu no início da noite de ontem, a bem da verdade, do protocolo de negociação.

Trata-se do protocolo do dia de ontem, 13 de outubro de 2014, que dispõe sobre os compromissos da Prefeitura do Município de São Paulo para com as entidades representantes dos servidores da Saúde do Município de São Paulo.

No que consiste esse documento? Na verdade, nesse documento firmamos um acordo a partir do seguinte trabalho que a Secretaria Municipal de Saúde fez: já no início do Governo, em janeiro de 2013, fomos convidados – sou funcionário da Prefeitura, como o próprio Vereador Calvo já disse, desde 1981 – pelo Secretário Filippi para coordenar esse trabalho.

Algumas coisas nos incomodavam, tais como: a gratificação da Saúde, dos prêmios, do PPD. Sabemos que não são para todos os servidores, por exemplo, no caso de Agentes de Apoio, eles têm outro tipo de gratificação, que é a gratificação de atividade, acho que é esse o nome e com outro tipo de repercussão. Mas, de qualquer maneira, é aquilo que, comumente, os servidores chamam de árvore de Natal.

E a nossa discussão era o seguinte: incorporar essas gratificações ao padrão, pois a nossa nomenclatura é essa. E tivemos a felicidade de, no evoluir dessas discussões, podermos conviver com uma equipe muito competente à frente da Secretaria Municipal do Planejamento, coordenada pelo Cristi, atual Chefe de Gabinete da Secretaria, então Assessor de Relações do Trabalho e pelo Valter, além de mais uma turma jovem que trabalha lá, a

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

Isabela, o Marcel e outros.

Foi desenvolvido um conceito, chamado subsídio, que é um tipo de remuneração prevista na Constituição Brasileira e através do qual estaremos possibilitados a elevar a remuneração e incorporar essas gratificações no subsídio, de tal forma que todos os servidores terão ganhos, uns mais do que outros, e isso porque nossa atual remuneração é heterogênea mesmo dentro de uma referência. Não é que é heterogênea entre as categorias.

E vamos também a felicidade de incorporar, no quadro da Saúde, os companheiros e as companheiras, Agentes de Apoio, por exemplo, da Zoonose, vão ser incorporados no quadro da Saúde – atualmente são do quadro geral da Administração -, além de outros agentes, como Auxiliares de Autópsia, e as Atendentes de Enfermagem, que são cargos em vacância, serão incorporados no quadro da Saúde.

Além disso, vamos, através do subsídio, melhorar o vencimento de todas as demais categorias. Elas vão mudar de denominação e vamos também mudar o regime trabalhista dos servidores das autarquias, da autarquia hospitalar municipal e do Hospital do Servidor Público Municipal, que vão ser transformados de celetistas para o regime estatutário. Vale dizer que no caso dos servidores da Saúde será feito de forma opcional. Quem quiser muda, quem não quiser não muda. Isso não acontece no caso das autarquias, que será compulsório.

No que consiste o protocolo que temos a alegria de, neste momento, informar aos servidores e à comissão? É um acordo, são vários os "considerandos" formais, mais no sentido do que é a administração pública, que deve se reger pelos princípios consagrados da Constituição Brasileira e na legislação municipal e no sentido de melhorar sempre tendo como norte melhorar o atendimento aos munícipes da cidade de São Paulo. Esse é o objetivo do protocolo, da política. O Prefeito Fernando Haddad determinou que assim fosse feito – assim como o Secretário José Filippi – para melhorar, na medida em que a nossa Administração conseguir, o atendimento à população que mora na cidade de São Paulo.

Dentre outros problemas, vocês estão acompanhando, a sociedade brasileira, neste

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

FL. Nº 109
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº 01-39/13
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF
Vera Nice Rodrigues
Assistente Parlamentar
RF. 101.123

momento, vive uma discussão importante das eleições presidenciais, há alocação de alguns profissionais no sistema de Saúde, em particular a questão dos médicos, mas não apenas dos médicos. Então, na cláusula primeira do protocolo o nosso compromisso era apresentar aos servidores o antiprojeto de lei, que virá à Câmara Municipal de São Paulo provavelmente esta semana, estamos trabalhando, mas todos sabem que na administração pública há formalidades. Mas o projeto já foi apresentado às entidades com todos os anexos. Na cláusula segunda há questões com as quais nos comprometemos a discutir com os servidores para apresentar, num segundo momento, através de substitutivo da Casa. E não veio agora pelas razões que já citei, estamos atrasados, na verdade, o projeto já era para ter vindo. Alguns dos itens, os quatro que estão no protocolo na cláusula segunda, os itens A, B, C e salvo engano E, vão estar no projeto. Acho que é o item F. Então, os itens A, B, C e F, eles já estão vindo com o projeto. Estamos então viabilizando a questão.

Na cláusula terceira, são questões que as entidades estão reivindicando e nós vamos continuar discutindo para chegarmos a um acordo e viabilizarmos dentro do projeto.

A cláusula quatro trata de questões que não vão ser tratadas no projeto, mas que serão na sequência, e quais questões? Revisões dos valores de gratificação de preceptoria. Esse assunto poderá entrar em projeto em paralelo a este, pois há processo que está na Secretaria de Finanças aguardando apreciação pela junta orçamentária e fazendária, e os Srs. Vereadores sabem. Os projetos atualmente da Prefeitura são submetidos a essa junta e irão para Assessoria Técnica Legislativa e de lá deverá vir a esta Casa. Esse projeto consiste em revalorização da gratificação citada, que o valor está em torno de 75 reais, e passará a 550 reais. São médicos preceptores e outras profissões também, a residência na Prefeitura é multiprofissional e isso complementa projeto já aprovado por esta Casa, agradecemos em nome do Governo o esforço que a Casa fez no sentido de ampliar as vagas da residência médica para até 1.750 vagas. Esse é um dos assuntos sobre o qual falamos na discussão que ocorre em nível nacional.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

FL. Nº 103
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº 01-39713
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF
Vera Nice Rodrigues
Assistente Parl
RF

Outra questão é discutir o valor da gratificação de difícil provimento. A intenção do Governo é aumentar o valor dessa gratificação e ampliá-la, mudando a sua denominação no sentido de dar maior abrangência de unidades da Prefeitura. Também adequação remuneratória dos servidores municipalizados, que são do Estado e que atualmente prestam serviço em nosso Município por conta da implantação do SUS quando houve o término do PAS. Eles vieram então para o município. Também garantia de contrapartida da Prefeitura às exigências de titulação para promoções entre níveis, como oferta de cursos, condições para os profissionais buscarem formação não garantida pela Prefeitura. Também a migração dos assistentes de saúde atividade de enfermagem para o cargo de assistente técnico de saúde mediante habilitação. Ou seja, são questões que vamos discutir. A nossa posição política é favorável, mas sabemos que há obstáculos legais e vamos tentar encontrar forma de superar, se a legislação assim permitir.

Também a revisão da base de cálculo para pagamento dos adicionais de insalubridade e a revisão do valor da gratificação do plantão extra. Sabemos que o Presidente da Comissão tem apreço especial por essa questão, em particular o plantão no final de semana, no domingo.

Na cláusula quinta, as entidades manifestam várias ressalvas, fizeram várias reivindicações, mas o Governo não concordou.

Na cláusula sexta está registrado nosso compromisso em apoiar a mesa setorial de negociação da saúde. Atualmente na Prefeitura há um sistema de negociação permanente, há uma mesa central, há mesas setoriais a exemplo da mesa da saúde. Exatamente, a mesa da saúde é que está sendo responsável pela negociação e o resultado é consubstanciado na medida em que nós não somos entes privadas. Por exemplo, não podemos firmar acordos coletivos de trabalho, que é o único instrumento dos trabalhadores e patronal quanto às relações trabalhistas com a área privada. Como não podemos fazer isso, fazemos através dos protocolos. Naturalmente, são transformados em projetos de lei e enviados à Câmara de

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

FL. Nº 104
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº 01-39/13
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF Vera Nice Rodrigues

Vereadores, que é quem tem o poder legal de disciplinar as ações governamentais.

O penúltimo assunto é a clausula sétima, e eu vou ler porque eu acho que é do interesse da comissão e de nós todos, pois os senhores têm acompanhado muito bem o processo, os Vereadores Young e Netinho – não sei bem - e o Presidente também.

"A Prefeitura de São Paulo se compromete a negociar o retorno do HSPM para o atendimento exclusivo dos servidores e empregados públicos municipais, incluindo os aposentados bem como seus dependentes legais e pensionistas". E a cláusula oitava: "A Administração se compromete com a revisão da lei salarial nº 13.303/2002, a partir dos resultados de um Grupo de Trabalho formado com a participação de governo e entidades representativas dos servidores, no qual serão avaliados mecanismos de reposição de inflação, condicionantes de crescimento da receita e o atual limite de 40% disposto na lei, sendo que as alterações na lei decorrentes das conclusões do Grupo de Trabalho e negociadas no SINP serão encaminhadas à Câmara em 2015 em Projeto de Lei específico".

Então, o documento vem assinado pela Secretaria Municipal do Planejamento, Secretaria Municipal da Saúde através da minha pessoa, pelo Sindsep através da pessoa do Presidente, foi o Presidente que assinou? (Pausa) Sérgio Antiqueira. Isso, Sérgio Antiqueira assinou. Também assinado pelo Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo, assinado pelo Presidente Eder; pelo Sindicato dos Psicólogos de São Paulo; pela Associação Odontológica da Prefeitura de São Paulo; pelo Sindsaúde – Sindicato dos Trabalhadores Públicos em Saúde do Estado de São Paulo; pelo Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de São Paulo; pelo Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo; e pela Associação dos Auxiliares de Enfermagem da Prefeitura do Município de São Paulo.

Era isso, Presidente, Vereadores, Vereadores, obrigado pela oportunidade.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Nós é que agradecemos. Pela ordem, Vereador Ricardo Young.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

FL. Nº 108
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº 01-39/13
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF
José Paulo Rodrigues
Assistente Parlamentar
RF 101.123

O SR. RICARDO YOUNG – Gostaria de parabenizar, na pessoa do Eurípedes, pela realização do protocolo. Certamente, é um avanço. Gostaria de perguntar como se articula com a 312 porque aqui embaixo, na CCJ, as categorias estão discutindo. Já recebi mensagens que estão brigando. Gostaria de saber como está a articulação entre o protocolo e as discussões que estão em andamento com a 312. Ou se eventualmente isso vocês estão pretendendo apresentar o protocolo como emenda, como substitutivo. Enfim, é para que tenhamos clareza quanto à estratégia de trabalho do documento.

O SR. ALFREDINHO – Sr. Presidente, antes de o Eurípedes falar, como o Vereador Young mencionou, vou lá embaixo agora, ver com o líder do Governo porque está dando discussão quanto ao PLO, que interfere diretamente nesse projeto. Se não resolver o PLO, praticamente nada poderá ser feito em relação ao projeto. Eu vou lá embaixo conversar.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Bem lembrado. Antes de V.Exa. se ausentar, já que a Vereadora Patrícia saiu, qual é o nosso compromisso enquanto comissão, enquanto grupo de Vereadores? Na verdade, é agilizar, a partir do momento que chegar, vamos analisar e onde couber substitutivo – que virá pronto do Governo -, esse é o nosso compromisso, independente do partido. Todos os Vereadores da Comissão de Saúde estão juntos nessa empreitada do Governo, junto com as entidades, sonho de todos nós.

Dr. Eurípedes, os motoristas do SAMU estão contemplados? (Pausa) Nossa, que maravilha, que conquista.

Vou perguntar, Dona Lourdes, a senhora falaria quanto? É porque nós temos de fazer a audiência pública. Não podemos nos estender. Tem a palavra então a Dona Lourdes.

A SRA LOURDES – Boa tarde a todos, a todas. Dr. Eurípedes já apresentou o projeto e eu gostaria de dizer a esta Comissão que o projeto, nós estamos discutindo ele desde fevereiro. E o nosso sindicato e outro sindicato, nós fizemos muita questão de não fazer a discussão dentro do sindicato. Fomos às unidades, fizemos assembleia nos hospitais, no sindicato exatamente para discutir. Até porque se acompanharmos bem, quando veio a

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

primeira proposta de subsídio, ela também deixou a gente um pouco assustado. Buscamos todas as formas para esclarecer. Trouxemos a experiência do Sindicato da Previdência Social a nível nacional; trouxemos o TCM; trouxemos o DIEESE; trouxemos todos os instrumentos para nos assessorarem dentro da discussão. Todos que estamos aqui já tivemos contato com essa discussão. Mas é importante afirmar que é claro, muitas das coisas das quais precisamos, as quais queremos, elas não estão contempladas pelo projeto.

No início do ano, levamos a nossa pauta de reivindicação e o Governo trouxe essa. Daquilo que o Governo apresentou, nós conseguimos melhorar muito na mesa de negociação, até o ponto que chegamos ontem onde finalmente fizemos acordo com todas as entidades e assinar o protocolo. Mas há muitas coisas, claro, que não estão contempladas, e foi apresentado como isso foi discutido nas cláusulas ali colocadas. Há algumas que nós vamos conseguir, sobretudo a cláusula terceira, nós acreditamos que vamos conseguir através da Câmara. Quanto as outras, nós vamos continuar discutindo depois do projeto e outras – companheiros – a luta continua! Sabemos muito bem que devemos estar organizados para conquistar coisas que achamos importantes, apesar de o Governo achar que ainda não é.

Nesse projeto, é extremamente importante o fato de a gente ter recuperado para dentro da Saúde o nível básico, porque era inexplicável, por exemplo, o pessoal da Zoonose fora da Saúde. Fazem saúde, controlam a dengue e fora da Saúde? E é a Secretaria da Saúde que dava ordens, ordenava o trabalho e estavam fora. É fantástico. Acho que nós estamos de parabéns.

Além disso, acho muito importante, quem trabalha na área da Saúde há muito tempo conhecer as atendentes de enfermagem e o papel que tiveram na Saúde. E elas ficaram fora. Quando veio a questão da saída delas do quadro da saúde, sempre falamos: quase foram colocadas na lata do lixo. Nós estamos trazendo de volta, como um reconhecimento histórico a esses profissionais que dão contribuição extremamente importante à Saúde.

O que estamos fazendo aqui? Agora nós precisamos e contamos com todos os

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

FL. Nº 107
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº 01-39/13
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF
Vera Nice Rodrigues
Assistente Parlamentar
RF. 101.123

Vereadores, achamos que esta Comissão de Saúde tem papel extremamente importante quanto ao encaminhamento desse projeto, que está entrando na Câmara, e que possamos votá-lo em regime de urgência. E por que é extremamente importante? Nós temos aí dois concursos, tivemos o concurso da autarquia. Muita gente do concurso da autarquia, eles entraram e já foram embora por conta do salário. E temos aí, começando agora a ser chamado pelo concurso que foi realizado pela Secretaria Municipal de São Paulo. Nós precisamos desses profissionais. Se não tivermos esse projeto aprovado, nós não temos como assegurar esses profissionais dentro da Prefeitura. Isso é um prejuízo não só para os trabalhadores, mas para toda a população de São Paulo.

Então, esse é o nosso grande pedido que nós fazemos para com um dos Srs. Vereadores aqui, para aprovem, o mais breve possível, esse projeto que está sendo colocado aí, fruto do trabalho de todas as entidades sindicais e também junto com os seus trabalhadores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Esta comissão vai fazer o pedido de urgência, e todos os Vereadores vão assinar. (Palmas)

Faço aqui uma homenagem às auxiliares e às atendentes de enfermagem, porque são elas que acalmam a criança, que dão notícia para os familiares, que limpam o vômito, que dão a medição e acordam o médico numa urgência. Tenho muito respeito a essa categoria, que saía de um trabalho de 12 horas e ia para outro, porque são profissionais que tinham filhos para sustentar e ganhavam muito pouco. Continuam ganhando, mas, se Deus quiser, vamos chegar lá.

Tem a palavra o Sr. Eurípedes.

O SR. EURÍPEDES – Sr. Presidente, naturalmente essas coisas são articuladas do ponto de vista do conceito. Acabaram de me informar que o PL O-03(?) acabou de ser aprovado na CCJ. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Já é uma grande vitória. Parabéns a todos por essa

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

FL. Nº 108
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº 01-39/13
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF
Vera Nice Rodrigues
Assistente Parlamentar
RF. 101.123

luta. (Palmas)

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – É bom vermos essa festa democrática na Casa. Esse é o parlamento que a gente quer.

Obrigado. (Palmas)

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Parabéns a todos os senhores.

Vamos continuar com a audiência pública, porque ela foi publicada na grande imprensa. Tenho oito projetos.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Todos são bem-vindos. É uma alegria. Eu vi lágrimas de alegria e de luta. Parabéns.

Tem a palavra o Sr. Eurípedes.

O SR. EURÍPEDES – Para ser sintético, a forma como as pessoas manifestaram-se já mostra como as questões estão relacionadas, mas, por outro lado, os projetos são independentes. Digo isso porque o projeto dos especialistas, que agora vão ser chamados de analistas, é um projeto específico. O nosso projeto, da Saúde, vai ser outro específico, de tal forma que eles vão tramitar em paralelo. Agora o conceito básico é o mesmo. No que se refere ao palco dessa votação, naturalmente sabemos que isso precisa ser confirmado pelo plenário da Casa. Por enquanto, que eu saiba, foi da CCJ, obviamente muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Muito obrigado a todos os senhores. Parabéns a todos. (Palmas)

Como servidor, sou grato à luta dos senhores também.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Calvo.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Bom, então, reabertos os trabalhos, rapidamente vou tentar fazer um acordo com os representantes dos projetos que vieram. Quanto àqueles

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

mais polêmicos, comprometo-me a fazer aqui uma audiência pública em separado, porém, o projeto já vai caminhar. O que eu pretendo? Dar publicidade, fazer a leitura do documento, com mérito positivo e dar como concluída a segunda audiência pública.

Passemos ao 1º item da pauta, PL 560/10, de autoria do Vereador Wadih Mutran, que dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de revestimento descartável por sistema automático de assento de vaso sanitário dos estabelecimentos de qualquer natureza, principalmente nos banheiros denominados de uso público, em locais tais: *shopping centers*, cinemas, teatros, restaurantes, bares, lanchonetes e similares, centros comerciais, centros de convivências, academias esportivas, estádios, hotéis, motéis, flats, similares, casas noturnas, clubes, estabelecimentos de ensino, hospitais, clínicas, consultórios, farmácias, laboratórios e outras providências. O relator é o Vereador Netinho de Paula, com parecer favorável. Não há parecer ainda. O projeto está em segunda audiência pública. Esse é um projeto de extrema importância, para evitar doenças infectocontagiosas, que passam em contato com banheiros públicos. Está realizada a segunda audiência pública. Depois vou abrir a palavra para todos os senhores, por isso, peço que se inscrevam, terão três minutos para falar, enquanto estamos em audiência pública, até o termino da nossa sessão.

O próximo item é o PL 511/2012, Vereador Dalton Silvano que torna obrigatória a realização do teste de linguinha nos recém-nascidos e bebês no Município de São Paulo e dá outras providências. É aquele da língua presa.

Parecer favorável ao substitutivo pela Comissão de Administração Pública, Vereadora Patrícia Bezerra.

É para se reconhecer, precocemente, esse problema. O senhor deu testemunho do seu netinho que não estava aproveitando bem a amamentação e assim que foi corrigido passou a se alimentar melhor. Então é meritório.

Está realizada, então, a segunda audiência pública do PL 511/2012, devendo continuar com seu andamento para votação em plenário.

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

Próximo item é o PL 39/2013, Vereador Jean Madeira, que altera Lei 14.485 de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir, no calendário oficial de eventos da cidade de São Paulo a Semana de Prevenção ao crack e drogas afins.

É a segunda audiência pública desse projeto e a própria ementa já dispõe sobre seu mérito. Se desejarem, podemos uma audiência pública sobre isso até o final do ano.

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a segunda audiência pública ao PL 39/2013.

O quarto item é o PL 891/2013, Vereadores Nabil Bonduki e Toninho Vespoli, que proíbe, no Município de São Paulo, o uso e comercialização de agrotóxicos que contenham os princípios ativos que especifica e dá outras providências.

Sei que há representantes que desejam fazer uso da palavra. (Pausa) Não há.

Ficamos de realizar uma audiência pública até o fim do ano. Já está solicitada por nós, no nosso calendário, então, de mérito, esse projeto deverá prosperar.

Declaramos realizada a segunda audiência publica do PL 891/2013.

Próximo item é o PL 906/2013, Vereador Jair Tatto, que dispõe sobre ações sócio-educativas na rede pública de ensino das escolas municipais, visando a prevenção de violência contra a mulher. A Relatora foi a Vereadora Patrícia Bezerra. É meritório e deverá prosperar.

Adianto que também haverá audiência pública dessa comissão sobre esse assunto, mas está realizada a segunda audiência pública do PL 906/2013, já que não tivemos nenhuma manifestação contrária.

Próximo e último item da pauta é o PL 33/2014, Vereador Natalini, que dispõe sobre a criação de campanha educativa de conscientização sobre a síndrome alcoólica fetal e dá outras providências. A Relatora foi a Vereadora Noemi Nonato.

O Vereador Natalini já fez todas as explicações e é um projeto de grande mérito.

Tem a palavra, pela ordem, a Vereadora Noemi Nonato.

A SRA. NOEMI NONATO (PROS) – Só quero cumprimentar a todos, boa tarde a

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.

todos. Quero parabeniza-los, pois vocês merecem e muito mais.

Estamos na comissão para tentar ajuda-los da forma que for possível e, junto com esses senhores, médicos, Dr. Calvo e Dr. Natalini. Quero parabenizar o Dr. Natalini que, além de um grande médico, é um grande Vereador. Posso chamá-lo de meu Governador, pois chegou bem perto. Que Deus abençoe vocês, pois a luta de combate ao álcool é de grande eficácia e de grande valia. Parabéns Vereador pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Calvo – PMDB) – Também gostaria de parabenizar o mérito desse projeto e que, hoje, tem melhores estudos sobre as consequências do alcoolismo da mãe no que tange ao desenvolvimento fetal. Parabéns Vereador Natalini, por favor, com a palavra.

O SR. NATALINI (PV) – Agradeço a manifestação de V.Exa. e também da Vereadora Noemi Nonato.

Gostaria de manifestar sobre o assunto que traz a presença de todos esses funcionários. V.Exa. sabe – e a Cidade inteira sabe – que eu não componho a base de apoio ao Prefeito Haddad. Sou Vereador de Oposição.

Mas a minha posição de Vereador que não é da base do Prefeito, não é uma posição xiita, não é uma posição destrutiva. Sempre que vieram, aqui, projetos de lei que sabíamos – e analisávamos – que eram para o avanço da Cidade, eles sempre contaram com nosso voto. Só encrencamos com aqueles projetos que não fazem a Cidade avançar.

E, numa democracia, se não houver oposição, a democracia acaba. Então achamos a oposição muito importante.

No caso particular desse projeto, quero dizer a vocês que temos de reconhecer, Dr. Eurípedes, o mérito que o Governo teve de negociar e trazer uma proposta, ansiada pelo funcionalismo há muitos anos. São essas incorporações, essas propostas de reconhecer categorias como sendo da Saúde, isso é histórico.

Estou na Secretaria da Saúde, sou concursado lá há quase 30 anos, eu sei disso

Matéria PL 39/2013. Não foi possível extrair as informações de assinaturas do arquivo migrado do ECM.